

## 2.

### 1589-1598

#### A paz pela tolerância civil: Henrique IV e os *politiques*

1589 é provavelmente o ano em que mais trabalharam as prensas a serviço da Santa União. Delas saíram centenas de publicações em que Henrique III era descrito como o inimigo maior da religião e do reino, como o *Advertissement des nouvelles cruautez et inhumanitez, desseignees par le Tyran de la France*, e o *Advertissement aux Catholiques sur la Bulle de nostre Saint Pere, touchant l'excommunication de Henry de Valois*. Depois da morte do rei, várias publicações descreveram o tiranicídio, remetendo à providência divina a ação do monge dominicano Jacques Clément, entre eles o *Advertissement, ou Vray discours de ce qui est advenu à Pont S. Clou, touchant la mort de Henry de Valois*. O *Discours veritable de l'estrage & subite mort de Henry de Valois, advenue par permission divine*, versão mais longa dentre uma série de textos (entre eles o *Advertissement* citado) em que a morte de Henrique III era explicada aos franceses, revelava, na relação entre o rei e os *politiques* e protestantes, a união de heresia e mau governo que o levava a ser excomungado pelo papa e finalmente executado por um monge que havia provado “*combien les forces divines surpassent les humaines*”<sup>537</sup>. Segundo o *Discours*,

*Il n'y a celui d'entre nous qui ne soit certain, avec suffisante et déplorable épreuve du mal que Henri de Valois pendant son règne a procuré à ses sujets, principalement à ceux qu'il a connu être bons et fidèles Catholiques, et par conséquent amateurs de la vertu et du bien public, et ennemis des hérétiques et politiques de ce Royaume, qu'il a préféré à Dieu, à l'Église, et à son honneur*<sup>538</sup>.

Em Paris, Jacques Clément é aclamado como o Anjo libertador<sup>539</sup> enviado por Deus. Morto pela guarda real imediatamente após ter apunhalado o rei, o monge torna-se rapidamente o mais importante mártir da Santa União. Roland Mousnier afirma que

<sup>537</sup> “quanto as forças divinas superam as humanas”, *Discours veritable de l'estrage & subite mort de Henry de Valois*, 1589, p.Aiij.

<sup>538</sup> “Não há ninguém entre nós que não esteja certo, com suficiente e deplorável prova do mal que Henrique de Valois durante seu reino gerou para os seus súditos, principalmente para os que ele sabia serem bons e fiéis Católicos, e conseqüentemente amadores da virtude e do bem público, e inimigos dos hereges e *politiques* desse Reino, que ele preferiu a Deus, à Igreja, e à sua honra”, *ibid.*, s/p.

<sup>539</sup> Cf. Crouzet, 1990, p.491.

*les “bons catholiques”, les “bons fidèles chrétiens” (...) célébrèrent Jacques Clément comme l’envoyé du Ciel pour délivrer le peuple catholique, comme l’instrument de Dieu, comme un martyr, comme un saint*<sup>540</sup>.

Como instrumento da vontade divina, o monge não era culpado de assassinato, não havia pecado no seu gesto; o assassinato do tirano havia se tornado um dever, e não um crime. A *Arpocratie ou Rabais du caquet des politiques et Jebusiens de nostre aage*<sup>541</sup> demonstra como essa transformação foi justificada: recorrendo sobretudo aos escritos bíblicos, mas também à história romana, à francesa e a autores contemporâneos, como Bodin<sup>542</sup>, seu autor sustenta que o assassinato de Henrique III não havia sido um crime, e sim o cumprimento de uma lei divina. Segundo a *Arpocratie*,

*Non seulement il est permis de tuer un tyran, mais aussi c’est une chose juste et raisonnable, car celui qui abuse du glaive qu’il porte, mérite et est digne de mourir par le même glaive*<sup>543</sup>.

Mais do que isso, havia sido um ato da Providência:

*Pour cette cause la sacro-sainte école de Sorbonne ayant connu les actions, vies et moeurs de ce bon Religieux, d’un commun accord a conclu qu’il n’a point péché, attendu que cela s’est fait par le mouvement et instinct du Saint Esprit*<sup>544</sup>.

Em Saint-Cloud, Henrique III teve tempo, antes de morrer no dia 2 de agosto, de designar Navarra como seu sucessor. O embaixador de Veneza,

<sup>540</sup> “os “bons católicos”, os “bons fiéis cristãos” (...) celebraram Jacques Clément como o enviado do Céu para libertar seu povo católico, como o instrumento de Deus, como um mártir, como um santo”, Mousnier, 1964, p.199.

<sup>541</sup> O certificado de aprovação – dado pelos “*Docteurs*” – para a impressão do texto é datado de 8 de setembro de 1589, ou seja, pouco mais de um mês após a morte de Henrique III. Inserido na última página do panfleto, nele se lê: “*Nous certifions avoir lu ce présent traité intitulé, l’Arpocratie ou rabais du caquet des Politiques ou des jébusiens de notre âge, auquel traité nous n’avons rien vu qui soit contre la foi et la religion Catholique, ni contre les bonnes moeurs, fait ce vingt-huitième jour de Septembre 1589.*”

<sup>542</sup> O autor da *Arpocratie* faz menção ao capítulo II do livro V dos *Six livres de la République*, de Bodin. Neste capítulo, Bodin chega no entanto à conclusão inversa daquela que mantém o autor da *Arpocratie*, isto é, Bodin afirma que não é lícito matar o rei, mesmo sendo ele um tirano: “*Je dis donc que jamais le sujet n’est recevable de rien attenter contre son Prince souverain, pour méchant et cruel tyran qu’il soit; il est bien licite de ne lui obéir pas en chose qui soit contre la loi de Dieu ou de nature, s’enfuir, se cacher, parer les coups, souffrir la mort plutôt que d’attenter à sa vie, ni à son honneur*” (Bodin, 1993, II, V, p.229).

<sup>543</sup> “Não apenas é permitido matar um tirano, mas também é algo justo e razoável, pois aquele que abusa da espada que carrega, merece e é digno de morrer pela mesma espada”, *L’Arpocratie...*, op.cit., p.10.

<sup>544</sup> “Por causa disso a sacro-santa escola da Sorbonne tendo conhecido as ações, vidas e costumes desse bom Religioso, de comum acordo concluiu que ele não pecou, visto que isso foi feito pelo movimento e instinto do Espírito Santo”, *ibid.*, p.10.

Giovanni Mocenigo, que estava em Tours quando o rei foi atacado, reconstruiu, a partir dos relatos dos presentes à cena, as últimas declarações de Henrique III:

*Mon frère, vous voyez comment vos ennemis et les miens m'ont traité ; il faut que vous preniez garde qu'ils ne vous en fassent autant. (...) Messieurs, approchez-vous et écoutez mes dernières intentions sur les choses que nous devrez observer quand il plaira à Dieu de me faire partir de ce monde. (...) Je vous prie comme mes amis, et vous ordonne comme votre roi, que vous reconnaissiez après ma mort mon frère que voilà, que vous ayez la même affection et fidélité pour lui que vous avez toujours eue pour moi, et que, pour ma satisfaction et votre propre devoir, vous lui en prêtiez le serment en ma présence. Et vous, mon frère, que Dieu vous y assiste de sa divine providence*<sup>545</sup>.

Um autor *liqueur* sob o pseudônimo de Jean de La Mothe apresentará em 1591 a sua versão para os momentos finais de Henrique III, reiterando a imagem divulgada pela Liga depois do assassinado do duque de Guise segundo a qual o rei havia se dedicado mais a desprezar e combater a verdadeira religião do que a defendê-la, ao mesmo tempo descrevendo a relação entre Henrique III e Navarra e os *politiques*, herdeiros das suas más-intenções: o rei,

*étant au lit de la mort, avait néanmoins insisté en l'alliance des libertins, hérétiques et politiques : et qu'au lieu de penser en sa conscience et au salut de sa pauvre âme, et d'impêtrer de Dieu merci de sa vie lubrique, bestiale, tyrannique, hypocrite, ambitieuse, voluptueuse, tant détestable et damnable, à l'imitation d'un Antiochus, ou Hérode, ou d'un Julian l'Apostat, il écumait encore plus sa rage, et faisait apparaître son félon, contre les bons Catholiques de son Royaume, qui lui avaient été meilleurs vassaux qu'il ne leur avait été bon Roi. Et ce qui est plus déplorable pour sa pauvre âme, lorsqu'il ne devait penser qu'en Dieu, en larmes, soupirs et confession sacramentelle, et en la réception du saint Sacrement de l'autel et en l'extrême onction, il institua son successeur son beau frère et cousin, Henri de Bourbon hérétique et relaps, et par le saint père de Rome personnellement excommunié, en lui requérant, et à tous ses fauteurs, qu'ils eussent de venger sa mort, et de poursuivre les Catholiques associés et unis pour l'entretien de l'honneur de Dieu, et de la religion Apostol. Cathol. et Romaine, disant et tellement leur enchargeant de venger sa mort, qu'ils eussent d'y employer le vert et le sec, c'est-à-dire tous leurs amis, biens et pouvoir, afin qu'ils fussent exterminés*<sup>546</sup>.

<sup>545</sup> “Meu irmão, vedes como vossos inimigos e os meus me trataram; é preciso que tomeis cuidado para que eles não vos façam o mesmo. (...) Senhores, aproximem-se e escutem minhas últimas intenções sobre as coisas que deveris fazer quando Deus quiser me fazer partir deste mundo. (...) Eu vos peço como meus amigos, e ordeno como vosso rei, que reconheçais depois da minha morte meu irmão que aqui está, que tenhais a mesma afeição e fidelidade com ele que sempre tiveram comigo, e que, para minha satisfação e vosso próprio dever, prestem-se juramento na minha presença. E vós, meu irmão, que Deus vos ajude na sua divina providência”, apud Cottret, op.cit., pp.135-136.

<sup>546</sup> “estando no leito de morte, tinha entretanto insistido na aliança com os libertinos, hereges e *politiques*: e que em vez de pensar na sua consciência e na salvação da sua pobre alma, e rogar de Deus perdão pela sua vida lúbrica, bestial, tirânica, hipócrita, ambiciosa, voluptuosa, tão detestável e condenável, como um Antiochus, ou Herodes, ou um Julian l'Apostat, ele espumava ainda mais a sua raiva, e fazia aparecer sua traição, contra os bons Católicos do seu reino, que lhe tinham sido melhores vassallos do que ele tinha sido bom Rei. E o que é mais deplorável para a sua pobre alma,

As disposições do rei moribundo encontram resistência entre os senhores católicos que o apoiavam, e que se indis põem com a obrigação de servirem a um rei protestante. Para começar a vencer as dificuldades que se apresentarão ao seu reconhecimento como rei, Navarra publica uma *Déclaration et serment du roi à son avènement à la couronne*, feita no dia 4 de agosto, em que afirma a intenção “*de maintenir et conserver en notre royaume, la religion catholique, apostolique et romaine en son entier, sans y innover, ni changer aucune chose*”<sup>547</sup>.

Mas talvez, para os senhores católicos que permaneceram ao lado de Henrique III, mais decisivo para o seu apoio a Navarra do que manter a religião tenha sido o compromisso por ele assumido “*d’être instruit par un bon, légitime et libre concile général et national pour en suivre et observer ce qui y sera conclu et arrêté*”<sup>548</sup>. O novo rei dessa forma reiterava as indicações de que não se opunha, em princípio, a abdicar do protestantismo e tornar-se novamente católico, e, através delas, obtém o apoio da maioria dos católicos moderados do reino e fortalece sua ligação com os *politiques*, que serão os seus mais importantes aliados na reconquista do reino. Para Arlette Jouanna, a perspectiva de uma conversão resultou no “*engagement de la majorité des Politiques aux côtés de Henri IV*”, adesão que

*s’est accompagné d’un combat résolu en faveur de quelques thèmes simples qui donnent à leur pensée l’épaisseur doctrinale qui lui manquait jusqu’alors. Ils ont été ainsi des artisans efficaces du ralliement des esprits au roi*<sup>549</sup>.

Por outro lado, a promessa de Henrique IV desagrade aos senhores *ligueurs*, que vêem nela uma manobra para desestruturar o argumento da oposição católica

---

no momento em que ele devia pensar apenas em Deus, em lágrimas, suspiros e confissão sacramental, e no recebimento do santo Sacramento do altar e em extrema unção, ele instituiu seu sucessor seu cunhado e primo, Henrique de Bourbon herege e relapso, e pelo santo padre de Roma excomungado pessoalmente, requerendo dele, e a todos os seus desenganados, que eles vingassem a sua morte, e perseguissem os Católicos associados e unidos para a conservação da honra de Deus, e da religião Apostol. Catol. e Romana, dizendo e tanto os encarregando de vingar a sua morte, tivessem eles que empregar tudo, quer dizer, todos os seus amigos, bens e poderes, a fim de que eles fossem exterminados”, La Mothe, 1591, pp.5-6.

<sup>547</sup> “de manter e conservar no nosso Reino a religião católica, apostólica e romana inteiramente, sem inovar, nem mudar nada”, Henri IV, 1829, t. XV, p.3.

<sup>548</sup> “de ser instruído por um bom, legítimo e livre concílio geral e nacional para seguir e observar o que será concluído e decretado nele”, id., ibid., p.3.

<sup>549</sup> “engajamento da maioria dos *Politiques* ao lado de Henrique IV”, “foi acompanhada por um combate decidido em favor de alguns temas simples que dão ao seu pensamento o volume doutrinário que lhe faltava até então. Eles foram assim os artesãos eficazes da adesão dos espíritos ao rei”, Jouanna, op.cit., p.391.

baseado na impossibilidade de se receber e obedecer a um rei herege. No dia seguinte à declaração de Navarra, o duque de Mayenne, nomeado pela Santa União lugar-tenente geral após a morte do irmão, torna pública uma *Déclaration du lieutenant général et du conseil général de l'union pour réunir tous les Français à la défense de la religion catholique*. Nela, Mayenne insiste que a intenção da Santa União

*n'a jamais été autre que de s'opposer aux desseins desdits hérétiques, pour conserver ladite religion catholique et cette couronne en leur entier, qui sont deux choses qu'ils ont toujours estimées, comme nous tenons encore être inséparables*<sup>550</sup>.

Nos seus sermões e publicações, a Liga não deixará portanto de repetir seu zelo pela ordem monárquico-religiosa que unia o rei à Igreja, e de criticar os católicos que se haviam aliado a Navarra, especialmente os *politiques*, que, junto com os protestantes, teriam abandonado a verdadeira fé para servirem aos seus próprios interesses. Segundo o *Réveil matin et mot du guet des bons catholiques*, é Henrique de Navarra, com a ajuda de

*son damnable parti, (...) le capital ennemi de ladite tant sainte et si salutaire union, et par conséquent de la Religion Catholique, Apostolique et Romaine, dont ils devraient être les premiers appuis et défenseurs*<sup>551</sup>.

Expor o perigo representado por essa “*Ligue des hérétiques et politiques de ce Royaume*”<sup>552</sup>, a que o *Réveil matin* se refere, é o propósito por exemplo do já citado *Advertissement envoyé par un Catholique aux Villes de S. Quentin, Coucy et la Fere*, de 1589, em que um *ligueur* explica aos habitantes dessas cidades as razões por que eles deveriam abandonar o partido de Henrique III e dos *politiques* para se juntarem à Liga e enfrentarem aqueles e os protestantes. “*Je sais que vous me direz*”, afirma o autor anônimo,

*que votre but et votre intention est de maintenir l'État de la France, et que vous ne vous souciez point quoi qu'il advienne, pourvu qu'il ne périsse. Mais vous devez penser, que de tous ceux qui portent les armes pour le parti de l'Union, il n'y en a point qui après le fait de la Religion, ait autre but que celui-là (...) où avez-vous maintenant les yeux et l'entendement, que vous ne pouvez discerner ni reconnaître la ruse de notre ennemi, qui pour être soutenu de vous, ne couche que de l'État,*

<sup>550</sup> “foi sempre se opor aos propósitos dos ditos hereges, para conversar a dita religião católica inteiramente, que são duas coisas que eles sempre estimaram, como estimamos ainda, serem inseparáveis”, Mayenne, 1589, s/p.

<sup>551</sup> “seu condenável partido, (...) o inimigo capital da dita tão santa e salutar união, e conseqüentemente da Religião Católica, Apostólica e Romana, de que eles deveriam ser os primeiros apoios e defesas”, La Mothe, op.cit., p.2.

<sup>552</sup> “Liga dos hereges e *politiques* deste Reino”, ibid., p.4.

*sachant comme il est très certain que de la conservation d'icelui, vu l'état auquel est maintenant cette pauvre France, dépend la déperdition de la Religion Catholique, et l'établissement de l'hérésie ? Vous devez savoir et croire, qu'en cette querelle générale de la France, il y va principalement de la Religion et non de l'État. Cause pourquoi vous devez fléchir et démettre toutes vos affections particulières, aussi véritablement l'État de la France ne se peut perdre, trop bien changer de main : mais la Religion y peut périr et y être abolie, comme de fait on y tend*<sup>553</sup>.

Se a França seguisse pela via traçada por Henrique III, sobretudo depois da sua aliança com Navarra, o reino poderia sobreviver – mesmo mudando de mãos o reino não se acabaria –, diz o *Advertissement*, mas a religião pereceria. A temática da comparação entre a destruição do reino e a da religião foi comum nas publicações durante as guerras de religião. O *Advertissement aux trois estats de France assemblez en la ville de Blois* recorria a ela para assegurar os leitores de que, em uma França sem religião, não valeria a pena viver. Na sua invocação final, o autor anônimo diz que é melhor morrer católico do que ser obrigado a viver em meio à heresia:

*Mourons Chrétiens, mourons Catholiques, de bonne heure mourons, si l'on veut plutôt condamnés de rébellion au jugement de quelques politiques que convaincus en nos âmes de religion d'avoir manqué de nous opposer par toutes voies aux hérétiques, mourons devant que de voir mourir notre foi, mourons, car aussi bien nous n'emporterons rien en mourant, que nous ne réservions, si nous vivons à la disposition des hérétiques, à son honneur et vie : mais en mourant n'oublions par de mener mourir nos enfants avec nous, de peur que en leur laissant cette vie ils ne soient par la commination hérétique conduits à la mort et condamnation éternelle*<sup>554</sup>.

<sup>553</sup> “Eu sei que me direis”, “que vosso objetivo e vossa intenção é a conservação do Estado da França, e que não vos preocupais com nada, desde que ele não pereça. Mas deveis pensar, que de todos os que se armaram pelo partido da União, não há nenhum que depois da questão da Religião, tenha outro objetivo que não esse (...) onde tendes agora os olhos e o entendimento, que não podeis discernir nem reconhecer a astúcia do nosso inimigo, que para ser apoiado por vós, fala apenas do Estado, sabendo como é certo que para a conservação deste, visto o estado em que está agora esta pobre França, depende a perda da Religião Católica, e a instalação da heresia? Deveis saber e crer que nessa querela geral da França, trata-se principalmente da Religião e não do Estado. Razão pela qual deveis vos curvar e eliminar todas as suas afeições particulares, tão verdadeiramente o Estado da França não pode se perder, quando muito mudar de mãos: mas a Religião pode aí perecer e ser abolida, como de fato se pretende”, *Advertissement envoyé par un Catholique aux Villes de S. Quentin, Coucy et la Fere...*, op.cit., pp.4-5.

<sup>554</sup> “Morrámos Cristãos, morramos Católicos, cedo morramos, se for o caso melhor sermos condenados por rebelião segundo o julgamento de alguns *politiques*, do que convencidos em nossas almas religiosas de termos deixado de nos opor por todas as vias aos hereges, morramos antes que ver morrer nossa fé, morramos pois também não levaremos nada morrendo que não perderíamos se vivermos à disposição dos hereges, à sua honra e vida: mas ao morrermos, não esqueçamos de levar a morrerem conosco nossos filhos, de medo que os deixando essa vida eles sejam, pela ameaça herege, levados à morte e condenação eterna”, *Advertissement aux trois estats de France assemblez en la ville de Blois...*, op.cit., pp.21-22.

No trecho do *Advertissement aux trois estats*, o autor se refere aos *politiques* sugerindo que eles acusavam a Liga de rebeldia porque os *ligueurs* escolhiam enfrentar os protestantes a “ver morrer a fé”. Em outras palavras, se a Santa União fosse condenada por defender a religião, ela o seria pelo partido que, tendo que decidir entre a religião e o Estado, escolhia o Estado e abandonava a religião para ser arruinada. Um panfleto publicado em 1590, com o título de *Raisons des politiques qui veullent faire Henry de Bourbon Roy de France, & celles des Catholiques, par lesquelles est prouvé qu’il ne le doit estre*, afirma que Navarra, como os seus *politiques*, “ne reconnaît plus grand que soi en ce monde”<sup>555</sup>. Segundo o *Fouet des heretiques, politiques, et traistres de la France associez du feu Roy de Navarre*, este partido era formado por franceses que se declaravam bons católicos e excelentes súditos, mas que eram na verdade inimigos da religião. No texto anônimo de 1590, um amigo explica ao autor, um francês que voltava da Itália – onde se dizia “*que les Français ont divisé Jésus Christ*”<sup>556</sup> –, que o reino estava de fato cindido entre “*deux partis de Catholiques*”<sup>557</sup>, e que

*tous les prétextes & excuses, de ceux lesquels se disent Catholiques, & néanmoins tenant le parti du Roi de Navarre, avancent en ce qu’ils peuvent le parti des hérétiques, n’ont aucune apparence entre les gens de bien, & que se sont vrais ennemis de la religion Catholique, plus dangereux en l’Église de Dieu que ceux qui ouvertement sont hérétiques*<sup>558</sup>.

Os inimigos da religião mais perigosos ainda do que os protestantes, fórmula várias vezes repetida desde a década de 1580, tornam-se, depois da morte de Henrique III, o inimigo principal a combater. O assassinato do rei e a ascensão de Henrique de Navarra criam um fosso na França que subverte a divisão entre católicos e protestantes. Desde o início das guerras de religião, em 1562, a mera clivagem entre as confissões não traduzia corretamente a ruptura que a Reforma protestante havia produzido no reino. Já em 1560 havia membros da alta nobreza católica que discordavam da posição intransigente do grupo que estava se

<sup>555</sup> “não reconhece maior que si mesmo neste mundo”, *Raisons des politiques qui veullent faire Henry de Bourbon Roy de France, & celles des Catholiques, par lesquelles est prouvé qu’il ne le doit estre*, 1590, p.8.

<sup>556</sup> “que os franceses dividiram Jesus Cristo”, *Le fouet des heretiques, politiques, et traistres de la France associez du feu Roy de Navarre*, 1590, p.5.

<sup>557</sup> “dois partidos de Católicos” *ibid.*, p.5.

<sup>558</sup> “todos os pretextos e desculpas, dos que se dizem Católicos, e no entanto apoiando o partido do Rei da Navarra, avançam no que podem o partido herege, não têm nenhuma aceitação entre as pessoas de bem, e que são verdadeiros inimigos da religião Católica, mais perigosos na Igreja de Deus do que os que são abertamente hereges”, *ibid.*, p.5.

transformando no partido católico. A Coroa, especialmente durante a chancelaria de Michel de L'Hospital, desaprovava o plano de extirpação da heresia proposto pelos católicos intransigentes, e, depois do afastamento do chanceler, o projeto de instauração da tolerância civil havia sido mantido por Catarina de Médici e seus filhos, Carlos IX e Henrique III. Mas, mesmo conduzindo um processo que levaria à dualidade confessional, a Coroa guardava como objetivo final o retorno do reino à unidade católica – a tolerância civil implicava em uma coexistência temporária de católicos e protestantes como meio de solucionar o problema das guerras civis, e a pacificação do reino permitiria a um concílio nacional – ou universal – prover à questão da reforma da Igreja. A hipótese de uma conversão do rei ao protestantismo não havia sido aventada seriamente em nenhum momento. Apesar das divergências entre a Coroa e o partido católico, apesar da política de tolerância civil e de por vezes apoiar o partido protestante, a monarquia permanecia e permaneceria católica. Até que a morte do duque de Alençon-Anjou, em 1584, alçou o protestante Henrique de Navarra à condição de herdeiro do trono.

Durante os cinco anos que separaram a morte de François d'Alençon-Anjou do assassinato do último Valois, a divisão – já pouco nítida – entre católicos e protestantes transformou-se, primeiro, em uma oposição entre legalistas – que consideravam a lei sálica lei fundamental do reino, e portanto inviolável – e aqueles que preferiam recorrer a outros critérios para decidir a sucessão, de modo a garantirem que o novo rei fosse um católico. Os partidos em disputa, *politiques*, *ligueurs*, protestantes, católicos moderados e mesmo a Coroa, repartiram-se entre essas duas posições. A discussão centrava-se na questão da religião do rei. Era possível que o rei da França, que usava o epíteto de *Très-Chrétien*, não fosse católico? Para a Liga, não. Segundo Louis Dorléans, mais importante do que respeitar a lei sálica era fazer cumprir a lei de Deus, que, no Deuteronômio, “*ne permet de recevoir un Roi infidèle, qui puisse conduire son peuple à l'infidélité*”<sup>559</sup>. Por essa razão um dos propósitos que haviam levado à organização

---

<sup>559</sup> “não permite receber um rei infiel, que possa levar seu povo à infidelidade”, Dorléans, op.cit., p.29.

da Liga era “qu’aucun ne soit admis et reçu à la Couronne s’il n’est Catholique, et tel que tous les Rois de France ont été en Religion”<sup>560</sup>.

Para os aliados de Henrique de Navarra, os critérios para a definição do rei deveriam seguir as leis fundamentais do reino, e além disso poderiam se basear no caráter do pretendente ao trono, na sua vida pregressa e nas demonstrações que ele havia dado de que tinha a intenção e seria capaz de defender o bem comum. O autor do *Restaurateur de l’État François* faz um longo elogio de Navarra, no qual apresenta as suas muitas qualidades, todas imprescindíveis ao bom rei. Nenhuma menção à sua religião, nem à preservação da religião, é feita:

*Je puis dire avec l’aveu de vos consciences, avec vérité, qu’il surpasse en toutes les parties requises en un bon Prince l’élection & les souhaits des hommes. Il est agréable et louable en sa personne & actions autant qu’homme qui vive. Il règne sur lui & sur ses sujets plus divinement qu’humainement. C’est l’esprit le plus vif, le plus arrêté & le plus ferme qu’on puisse désirer, la liberté duquel on n’a jamais vu être captivée par quelconques affaires de contentement ou d’ennui qui lui soient survenues. Il est toujours élevé par dessus tout ce qui ce présente. Sa raison lui est si naturelle, est si puissante & remplit tellement son esprit, que les passion n’y peuvent demeurer n’y entrer. Jamais homme ne se ressembla tant à toutes heures qu’il se ressemble. Il est grand guerrier si jamais il en fut, il communique avec les soldats en toutes les fatigues de la guerre, ne différant en rien de ses soldats qu’en incomparable conduite & valeur, il est avisé & heureux en guerre, & s’il se peut dire il est digne de son heur : jamais Prince ayant si peu de volonté de faire la guerre que lui, ne fit tant d’exploits de guerre que lui, Ce ne sont point les hommes, mais la raison, l’expérience & le jugement qui sont aux hommes qui le gouvernent avec le conseil de son âme & l’Esprit de Dieu. Il aime ses affaires, il veut tout voir, ouïr et savoir : ce qui apporte un très grand soulagement aux sujets & est le seul ou plus sûr moyen de maintenir les officiers en leur devoir. Il est populaire, il est affable, il est doux & clément : & néanmoins il n’y a Prince qui aie plus de majesté, qui attire tant le respect, qui contienne mieux un chacun en son devoir, & qui conserve mieux la Justice au contentement de tous que lui. Il ne connaît la cruauté, l’injustice, la prodigalité & l’oppression, que comme choses contraires à ce à quoi il s’étudie : on n’a jamais oui dire, qu’il ait tué, massacré ou assassiné aucun de ses sujets, aucun de ses serviteurs dans son foyer ou ailleurs : on ne sait point qu’il détienne injustement le bien d’autrui, ses Palais ne sont point bâtis ni enrichis de la ruine & saccagement des villes & du peuple : il dépend selon ses moyens, il estime plutôt ses moyens être à ses sujets que ceux de ses sujets être à lui : il donne tellement, qu’il a assez d’amis & serviteurs, il donne tellement, qu’il lui en reste assez, pour subvenir à ses affaires, sans qu’il soit contraint avoir recours aux oppressions. Cette vérité n’est point offensée, pour les oppressions que beaucoup sentent aujourd’hui des armées & gens de guerre du Roi de Navarre. Car il en est autant ennuyé que ceux même qui sentent & souffrent les pertes & incommodités, il le témoigne assez par la vérité de ses larmes, par ses plaintes ordinaires, par les soigneuses poursuites qu’il fait de la paix, par les courtoisies ordinaires qu’il fait à ceux qui implorent sa Clémence : il ne tient pas à lui qu’il ne soit aussi doux en la guerre, qu’il est en la paix, il retranche tant qu’il peut les justes sévérités de la guerre, mais il ne peut faire que la guerre ne soit guerre. S’il*

<sup>560</sup> “que ninguém seja admitido e recebido na Coroa se não for Católico, e como todos os Reis da França forma quanto à Religião”, id., ibid., p.4.

*avait assez de moyens pour soudoyer & entretenir ses gentilshommes & soldats, pour soutenir le fait de la guerre contre ses ennemis, vous pouvez croire qu'il le ferait, & que les choses se passeraient si doucement, que vous seriez peu ou point incommodés par les siens, pour le désir qu'il a de vous soulager tous. Mais il lui est impossible d'exécuter cette bonne volonté qu'il a envers vous : d'autant que la plupart de ses biens sont saisis & levés par ses ennemis, tous ceux qui le suivent Seigneurs, gentilshommes & autres sont injustement bannis de leurs pays, chassés de leurs maisons, privés de la jouissance de leurs biens & frustrés de l'exercice de leurs vacations. Il faut qu'ils vivent, qu'ils s'entretiennent puisqu'ils ne le peuvent de leurs biens, parce que leurs ennemis les usurpent, il faut qu'ils se servent du bien de leurs ennemis, de ce qu'ils trouvent. Ainsi ce n'est pas du Roi de Navarre qu'il se faut plaindre : c'est de la guerre, c'est des auteurs de cette guerre, laquelle il n'a point commencé, mais en est extrêmement déplaisant, il ne demande & ne prétend bien ni repos, qu'avec le bien & le repos de vous tous. Il se peut bien abstenir des plaisirs de votre Cour : il se résoudrait incontinent de renoncer à votre Couronne s'il n'y allait que du sien : mais il y va plus du votre que du sien : il y va de vos biens, de vos honneurs & dignités, de votre renommée, de votre vie & de la liberté qui a toujours été inestimable à tous hommes, mais principalement à vos ancêtres : tellement que le devoir, son rang, sa vocation & la bonne volonté qu'il vous porte ne lui permettent point de vous abandonner au péril auquel vous êtes, & parce qu'il vous veut préserver de ruine ou servitude : ou périr pour vous, ou périr avec vous. Ouvrez donc les yeux, & jugez le droit, le mérite & l'intention de ce Prince : ne rejetez point un tel Prince. Préparez-vous de le recevoir en la qualité & au rang que Dieu le vous présente & présentera, sans désirer toutefois le départ du Roi que vous avez pour le présent, que Dieu vous a donné. Regardez d'un regard favorable le Roi de Navarre puisqu'il est tel, que quand il vous serait permis d'attendre un Roi selon votre élection & vos souhaits, vous n'en pouvez élire ni souhaiter un plus digne. Et croyez que vous recevrez plus de profit, commodité & contentement de son règne que lui : il se peut mieux passer de tels sujets, que vous d'un Prince que lui. Donc ne conjurez plus contre lui, c'est contre vous-mêmes, c'est contre Dieu que vous conjurez. Ne regardez, ne désirez, ne recherchez plus les étrangers<sup>561</sup>.*

<sup>561</sup> “Posso dizer com a confissão das suas consciências, com verdade, que ele ultrapassa em todas as partes requeridas em um bom Príncipe a eleição e os desejos dos homens. Ele é agradável e louvável na sua pessoa e ações tanto quanto qualquer homem. Ele reina sobre si e sobre seus súditos mais divina que humanamente. É o espírito mais vivo, o mais decidido e o mais firme que possamos desejar, cuja liberdade nunca vimos ser feita prisioneira por qualquer assunto de contentamento ou de aborrecimento que lhe tenha acontecido. Ele está sempre acima de tudo o que acontece. Sua razão é-lhe tão natural, é tão poderosa e preenche tanto o seu espírito, que as paixões não podem entrar nem permanecer nela. Nunca homem se pareceu sempre tanto consigo mesmo a qualquer hora. Ele é tão grande guerreiro como jamais houve, ele divide com os soldados todos os percalços da guerra, diferenciando-se dos seus soldados apenas quanto à incomparável conduta e valor, ele é hábil e feliz na guerra, e se se puder dizer, ele é digno da sua sorte: nunca Príncipe tendo tão pouca vontade de fazer a guerra quanto ele, realizou tantas façanhas de guerra quanto ele, Não são os homens, mas a razão, a experiência e o julgamento que estão nos homens que o governam com o conselho da sua alma e do Espírito de Deus. Ele ama seus negócios, quer ver, ouvir e saber tudo: o que traz um enorme alívio para os súditos, e é o único ou mais seguro meio de conservar os oficiais nos seus deveres. Ele é popular, ele é afável, ele é doce e clemente: e contudo não há Príncipe com mais majestade, que incite tanto o respeito, que mantenha melhor cada um no seu dever, e que conserve melhor a Justiça no contentamento de todos quanto ele. Ele não conhece a crueldade, a injustiça, a prodigalidade e a opressão, a não ser como coisas contrárias àquilo a que ele se dedica: nunca se ouviu dizer que ele matou, massacrou ou assassinou nenhum dos seus súditos, nenhum dos seus servidores na sua casa ou em outro lugar: não se conhece que ele detenha injustamente o bem de outro, seus Palácios não são construídos e enriquecidos pela ruína e saques das cidades e do povo: ele gasta segundo seus meios, ele considera antes seus meios pertencerem aos seus súditos, do que os dos seus súditos serem seus: ele dá tanto, que tem muitos

Quais são as qualidades de um rei? Quais são as virtudes necessárias ao rei? Segundo Michel Senellart, a partir do século XII o príncipe passa a ser o espelho, o exemplo no qual os súditos devem reconhecer toda virtude<sup>562</sup>. Não apenas aquelas ligadas à disciplina da carne, mas às virtudes cardeais, prudência, justiça, fortaleza e temperança, que, de Aristóteles, eram incorporadas, por Tomás de Aquino, ao inventário das características do príncipe cristão. Petrarca, de acordo com Quentin Skinner, havia descrito as virtudes necessárias ao homem (as virtudes singulares que o faziam um ser virtuoso) como incluindo “não apenas as virtudes cardeais exaltadas pelos moralistas antigos, mas também a virtude, fundamental, da fé cristã”<sup>563</sup>. Na década de 1470, Francesco Patrizi apontou, no seu *De regno et regis institutione*, a fé cristã como a virtude mais importante ao

---

amigos e servidores, ele dá tanto, que lhe resta o suficiente para subvencionar aos seus negócios, sem que ele seja obrigado a recorrer às opressões. Essa verdade não é em absoluto contestada por causa das opressões que muitos sentem hoje por causa dos exércitos e gente de guerra do Rei da Navarra. Pois ele está tão desagradado quanto aqueles mesmos que sentem e sofrem as perdas e incômodos, ele dá suficiente testemunho disso pela verdade das suas lágrimas, pelas suas reclamações habituais, pelas cuidadosas buscas que ele faz pela paz; pelas cortesias comuns que ele faz aos que imploram a sua Clemência: não depende dele que ele não seja tão doce na guerra, quanto ele é na paz, ele reprime o quanto pode as severidades da guerra, mas ele não pode fazer que a guerra não seja guerra. Se ele tivesse meios suficientes para assalariar e manter seus fidalgos e soldados, para sustentar a questão da guerra contra seus inimigos, podeis crer que ele o faria, e que as coisas aconteceriam de maneira tão doce, que vós não seríeis absolutamente ou quase nada incomodados pelos seus, por causa do desejo que ele tem de aliviar-vos todos. Mas lhe é impossível executar essa boa vontade que ele tem em relação a vós: dado que a maioria dos seus bens está conquistada e tomada pelos seus inimigos, todos os que o seguem, Senhores, fidalgos e outros, estão injustamente expulsos das suas regiões, expulsos das suas casas, impedidos de gozar dos seus bens e privados do exercício das suas rendas. Eles precisam viver, precisam se manterem posto que não o podem pelos seus bens, porque os inimigos os usurpam, eles devem se servir dos bens dos seus inimigos, do que encontrarem. Assim, não é do Rei da Navarra que se deve fazer queixa: é da guerra, é dos autores dessa guerra, que ele não iniciou, mas de que está extremamente desgostoso, ele não pede nem ambiciona bem nem tranqüilidade, a não ser juntamente com o vosso bem e a vossa tranqüilidade. Ele bem pode se abster dos prazeres da sua Corte: ele se decidiria incontinentemente renunciar à sua Coroa, caso se tratasse apenas do seu: mas se trata mais do vosso do que do dele: trata-se dos vossos bens, das vossas honras e dignidades, do vosso nome, da vossa vida e da liberdade, que foi sempre inestimável para todos os homens mas sobretudo para vossos antepassados: tanto que o dever, seu lugar, sua vocação e a boa vontade que ele tem em relação a vós não lhe permite absolutamente abandonar-vos ao perigo em que estais, e porque ele quer vos preservar de ruína ou servidão: ou por vós perecer, ou perecer convosco. Abri então os olhos, e julgai o direito, o mérito e a intenção deste Príncipe: não rejeitem tal Príncipe. Preparai-vos para recebê-lo na qualidade e no lugar que Deus o apresenta e apresentará, sem no entanto desejar a partida do Rei que tendes atualmente, que Deus vos deu. Olhai com um olhar favorável o Rei da Navarra, posto que ele é tal que quando vos for permitido esperar um Rei segundo vossa eleição e vossos desejos, não possais eleger nem desejar um mais digno. E creiam que recebeis vós mais proveito, comodidade e contentamento do seu reino do que ele: ele pode melhor dispensar súditos como vós, do que vós um Príncipe como ele. Portanto, não conjureis mais contra ele, é contra vós mesmos, é contra Deus que conjurais. Não olheis, não desejeis, não procureis mais os estrangeiros”, *Le Restaurateur de l’Etat François*, op.cit., pp. 277-282.

<sup>562</sup> Senellart, 1995, p.48.

<sup>563</sup> apud Skinner, op.cit., p.113.

príncipe, pois ela “exibe um tal esplendor que na sua falta todas as demais virtudes dos reis e príncipes empalidecem”<sup>564</sup>. Os espelhos de príncipe (como o livro de Patrizi, dedicado ao papa Sixto IV) acrescentam ainda, ao lado dessas, quatro outras virtudes que não deveriam faltar aos governantes: a liberalidade, ou generosidade, a magnificência, a clemência, e a honra, que soma a capacidade de manter a palavra dada à qualidade de nunca mentir – para Patrizi, um rei “nunca deve iludir, nunca mentir, nunca permitir que outros mintam”<sup>565</sup>. Em 1573, François Hotman, autor da já citada *Epistre envoyée au Tigre de la France* (1560), afirma, na sua *Histoire des massacres et horribles cruautés commises en la personne de messire Gaspar de Colligny grand Amiral de France*, que

*Les plus recommandables vertus à un Roi son justice, bénignité et clémence, l'inhumanité et cruauté sont à condamner en toutes personnes, mais surtout aux Roi*<sup>566</sup>.

<sup>564</sup> Apud id., *ibid.*, p.147.

<sup>565</sup> Apud id., *ibid.*, p.149. Dentre as virtudes revistas e criticadas por Maquiavel, este entendimento acerca da honra será talvez o mais atingido. Maquiavel transforma a *virtus* composta por uma série de virtudes que deveriam ser seguidas pelo príncipe, na *virtù*, cuja principal função era domar a *fortuna* e assim manter o estado, o poder. Segundo Senellart, no *Príncipe* Maquiavel realiza um deslocamento do conceito ético-político de *virtus* para o de *virtù* (Senellart, *op.cit.*, p.224), que “*ne designe plus une forme supérieure de qualification éthique, mais l'attitude créative, propre à l'homme d'État*” (id., *ibid.*, p.225). Obrigado a operar em um mundo regido pelo tempo, e portanto em constante mutação, o príncipe deveria poder adaptar-se à realidade que são as necessidades do tempo, e agir de acordo com as demandas de cada momento, ao invés de permanecer estático, preso à obrigação a ser clemente, generoso, prudente, justo... Quando não for conveniente ao príncipe, para a conservação do seu poder, agir de forma generosa, ele simplesmente não deve fazê-lo, pois às vezes é preciso “agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião” (Maquiavel, 1997, XVIII, p.103). Da mesma forma, apesar de ser comumente reconhecido que honrar a palavra dada é louvável em um príncipe (id., *ibid.*, XVIII, p.101), “vê-se nos nossos tempos, pela experiência, alguns príncipes terem realizado grandes coisas a despeito de terem tido em pouca conta a fé da palavra dada” (id., *ibid.*, XVIII, p.101). Em um mundo impregnado pela idéia da virtude, Maquiavel aconselha ao príncipe parecer ser justo, clemente e generoso, mas estar preparado para não o ser quando necessário. Para o autor florentino, a adesão do príncipe às virtudes cardeais e às teológicas e cristãs não estava em questão, mas sim o resultado que ele seria capaz de produzir com o objetivo de manter-se e ao seu estado. Iludir, parecer ser ganham então status de virtudes, fazem parte da *virtù* do príncipe. A honra, no sentido da manutenção da palavra dada, perde espaço para a honra que se associa à glória e à fama que provinham de conquistar a fortuna, vencer e manter um estado (id., *ibid.*, XVIII, p.103). Mesmo nessa relação conflituosa entre *fortuna* e *virtù*, Navarra sai vencedor: o autor do *Advis d'un Francois à la Noblesse catholique de France* (1590), que se discute ainda hoje se era Philippe Duplessis-Mornay ou Étienne Pasquier, afirma a um dado momento, sobre Navarra, que “*il semble que la fortune le contrarie lui donnant pour âpres ennemis, ceux qui lui devaient être sujets affectionnés*” (*Advis d'un Francois à la Noblesse catholique de France, sur la remontrance d'un Ligueur, auquel le devoir des Catholiques, à la mémoire du feu Roy, & envers le Roy à présent régnant, ensemble la conjuration de la Ligue contre l'Etat, ses traités & alliances avec l'Espagnol sont déclarés*, 1590, p.8), e assim, se sua virtude não fosse tanta, e tamanha a sua coragem, ele não teria forças para andar de cerco em cerco, com armas às costas, caçando e perseguindo inimigos – mas esses são percalços que a fortuna lhe impinge para fortalecê-lo, “*ce sont exercices qu'elle lui donne pour faire mieux paraître sa vertu*” (id., p.8)

<sup>566</sup> “As mais recomendáveis virtudes para um Rei são justiça, benignidade e clemência, a inumanidade e a crueldade devem ser condenadas em todas as pessoas, mas sobretudo nos Reis”, Hotman, 1573, p.XXXVIII. A *Histoire des massacres et horribles cruautés commises en la*

As palavras de Hotman são como um reflexo das qualidades de Henrique de Navarra listadas pelo autor do *Restaurateur de l'Etat François*, por volta de 1588. Sabedoria, clemência, generosidade, justiça, temperança, fortaleza, as virtudes guerreiras, e a maior das virtudes cristãs, a caridade, o amor ao próximo. Todas características de Navarra. Além disso, segundo o *Reformateur*, o seu governo era superior ao dos demais homens, porque era feito de razão, experiência e juízo, a que se somava o “Espírito de Deus”. Nenhuma menção à religião de Navarra, nem à defesa da religião, mas à afirmação da *escolha* de Deus. O que fazia o escolhido de Deus? Ele garantia aos franceses a manutenção “*de vos biens, de vos honneurs & dignités, de votre renommée, de votre vie & de la liberté qui a toujours été inestimable à tous hommes*”. E se sacrificava por eles, pois, sendo o único a reunir todas as virtudes necessárias ao rei – e sendo o escolhido de Deus – Navarra tinha a obrigação de fazê-lo, tinha o dever de restaurar a paz e prover ao bem comum. Como para Bodin, a religião estava no fundamento do poder real, mas ela não era o seu objetivo. O autor do *Restaurateur* é hábil ao desvincular o rei da obrigação de defender a religião, sem no entanto produzir uma oposição entre a religião e o rei, o que poderia afastá-lo do seu objetivo de conquistar novas adesões ao partido de Navarra. O problema da confissão do rei é sanado pela afirmação da ligação especial entre Navarra e Deus, o que torna supérflua a sua confissão. Quando fosse chegado o momento, o rei deveria ser escolhido e aceito porque reunia “*le droit, le mérite & l'intention*” de um bom rei, e não porque era católico.

Progressivamente, os debates sobre a sucessão real na França se encaminharam assim para a pergunta sobre a diferença entre a Igreja e o Estado: que critérios deveriam definir o herdeiro do trono, aqueles derivados da lei de Deus, ou das leis do reino? Era imprescindível que o novo rei fosse católico – mesmo que isso significasse que ele seria um estrangeiro –, o que correspondia na época à afirmação da sua obrigação de preservar a religião; ou, por outro lado, era determinante que as leis do reino fossem respeitadas, posição defendida pelo

---

*personne de messire Gaspar de Colligny grand Amiral de France, & autres seigneurs gentils-hommes, personnages honorables de diverses qualitez, hōmes femmes & enfans, tant en la ville de Paris qu'en plusieurs lieux & endroits du Royaume, le 24 jour d'Aoust 1572. & autres suivans, ficou mais conhecida sob seu título latino, De Furoribus Gallicis.*

partido que considerava como função do rei a preservação da paz e do bem comum, independentemente das necessidades da Igreja?

A Liga concentrou aqueles que julgavam que o vínculo entre a Igreja e o rei era imperativo e deveria ser mantido, considerando a implicação religiosa da sucessão mais importante do que a legal. O autor das *Raisons des politiques qui veulent faire Henry de Bourbon Roy de France* responde à afirmação, feita pelos *politiques*, de que Navarra deveria ser reconhecido como rei porque era o sucessor determinado pela lei nos seguintes termos:

*Vous supposez qu'il soit légitime, et qu'il soit par droite lignée successeur pour être Roi de France, votre supposition concédée et accordée, il ne s'ensuit qu'il le soit. Car il ne suffit être successeur de lignée, faut aussi être successeur des autres Rois de France Catholiques, en foi Très-chrétienne, Catholique, Apostolique et Romaine, en laquelle il défaut*<sup>567</sup>.

Para fazer frente a esses argumentos desenvolvidos pela Liga, havia os protestantes e os legalistas, formados pela nobreza fiel a Henrique III, e pelos aliados de Henrique de Navarra, parte deles *politique*. Os confrontos passaram a girar em torno à pergunta: o rei tem como função realizar as necessidades da Igreja, ou aquelas do Estado? Segundo os *politiques*, era pelo Estado que deveria se empenhar o rei, e a necessidade do Estado era de paz. Em 1589, ao juntar seus exércitos aos de Henrique III, no combate à Liga, Navarra havia explicado, em publicação escrita com Duplessis-Mornay, que a repetição das guerras civis era a causa do caos, e o seu resultado seria “*le renversement de la Maison où nous sommes logés*”, que, por sua vez, “*ne se peut pas faire, qu'il ne nous accable*”<sup>568</sup>. A única forma de evitar esse fim calamitoso, era recorrer à paz,

*une Paix, qui du Chaos si ténébreux, où vous vous êtes mis, vous remit en lumière : qui vous rendit vous mêmes, à votre nature, et à votre sens ; qui vous délivrât de ces inquiétudes, où vous êtes ; de ce labyrinthe, où vous êtes entrés, que vous jugez bien, que ne pouvez franchir, et dont cependant, vous ne voyez le bout. Une Paix, qui remit chacun en ce qu'il aime : rendit au bonhomme sa charrue ; à l'artisans, sa boutique ; au marchand, son trafic ; aux champs la sûreté ; aux villes, la police ; à tous indifféremment, une bonne justice. Une Paix, qui vous rendit l'amour paternelle du Roi ; à lui l'obéissance et fidélité, que lui devez. Une Paix, en somme, qui rendit à cet Etat, l'âme et le corps : le corps, qui s'en va tiré par ses*

<sup>567</sup> “Supondes que ele seja legítimo, e que ele seja por linha direta sucessor para ser Rei da França, vossa suposição concedida e acordada, não se segue que ele o seja. Pois não basta ser sucessor de linhagem, é preciso também ser sucessor dos outros Reis da França Católicos, e fé Mui-cristã, Católica, Apostólica e Romana, o que ele não é”, *Raisons des politiques qui veulent faire Henry de Bourbon Roy de France...*, op.cit, pp.4-5.

<sup>568</sup> “a destruição da Casa onde moramos”, “não pode acontecer, sem que nos destrua”, Henri IV, 1589-a, p.17.

*ambitions en mille pièces ; l'âme, je veux dire, ce bel ordre : qui l'a conservé, qui du haut jusqu'au bas dégradé, s'en va tout en confusion*<sup>569</sup>.

Por outro lado, aos olhos da Santa União, fervorosa defensora da religião, os aderentes da segunda hipótese, essa que ligava o rei à manutenção do reino ao mesmo tempo desvinculando-o da obrigação para com a salvação das almas dos seus súditos, tornavam-se adversários muitas vezes mais perigosos do que os protestantes. A paz, dizia Jean Boucher, era de fato mais desejável do que a guerra, mas uma paz como aquela a que aludiam os *politiques*, uma paz como aquela apresentada por Navarra, era pior do que a própria guerra:

*Cette guerre nous fait ennemis des hommes, cette paix ennemis de Dieu. Cette guerre nous fait résister au Diable, cette paix nous rend traîtres à Dieu. En guerre pour sauver l'âme, nous perdons le corps ; en paix pour sauver le corps, nous perdons les âmes*<sup>570</sup>.

Para a Liga, para Boucher, os *politiques*, partido que segundo a Santa União condensava todos esses novos inimigos, não propunham uma outra forma de chegar a Deus, propunham que chegar a Deus não era o problema a ser imediatamente resolvido, e que a discussão sobre como chegar a Deus deveria ser deslocada para uma instância própria, em que o Estado, instância, por sua vez, própria da ação dos homens e do rei, não estaria ameaçado. Para o autor do *Advis aux catholiques françois, sur l'importance de ce qui se traicte aujourd'huy*, a idéia da existência de um Bem humano, distinto e em certos casos superior ao divino, era a causa da “*dépravation de ce siècle, et les propositions de cet athée Machiavel, Évangéliste des politiques d'aujourd'hui*”<sup>571</sup> haviam levado alguns franceses a esquecerem as suas obrigações com relação a Deus.

<sup>569</sup> “uma Paz, que do Caos tão tenebroso onde vos colocastes, vos recolocasse na luz: que vos fizesse novamente vós mesmos, segundo a vossa natureza, e vossos sentidos; que vos libertasse dessas inquietações onde estais; desse labirinto, onde entrastes, que julgais com razão não puder ultrapassar, e cujo final no entanto não vedes. Uma Paz, que recolocasse cada um no que ama: devolvesse ao camponês seu arado; ao artesão, sua loja; ao mercador, seu comércio; aos campos a segurança; às cidades, o governo; a todos indiferentemente uma boa justiça. Uma paz, que vos devolvesse o amor paternal do Rei; a ele a obediência e fidelidade, que lhe deveis. Uma Paz, em suma, que devolvesse a esse Estado a alma e o corpo: o corpo, que vai sendo puxado pelas suas ambições em mil pedaços; a alma, quero dizer, essa bela ordem: que a conservou, que do alto ao mais baixo grau está totalmente confusa”, id., *ibid.*, pp.17-18.

<sup>570</sup> “Esta guerra nos faz inimigos dos homens, esta paz inimigos de Deus. Esta guerra nos faz resistir ao Diabo, esta paz nos torna traidores de Deus. Em guerra para salvar a alma, perdemos o corpo; em paz para salvar o corpo, perdemos as almas”, Boucher, 1594, p.604.

<sup>571</sup> “depravação deste século, e as proposições desse ateu Maquiavel, Evangelista dos *politiques* de hoje”, *Advis aux catholiques françois...*, op.cit., pp.13-14.

Quando Henrique III é assassinado, apesar de a maioria dos católicos moderados do reino – aqueles que se haviam mantido fiéis ao rei – aceitar a coroação de Navarra desde 1589, uma parte deles rejeita a idéia de um rei herege, e mesmo alguns *politiques* resistem a apoiar o sucessor indicado por Henrique III. Alguns, como Étienne Pasquier, não tiveram entusiasmo na sua decisão, antes resignação:

*Ainsi me délibéré-je vivre et mourir sous celui qui nous gouvernera désormais, sans entrer en aucun examen de sa conscience ; car tel que Dieu nous l'a donné, il nous le faut prendre*<sup>572</sup>.

Caso diferente é o de Jean Bodin. Nos estados gerais de 1576, Bodin havia sido deputado do terceiro estado pelo Vermandois, e seu relato das reuniões é fonte indispensável para se entender o contexto das disputas entre as ligas, os protestantes, os *politiques* e o rei. A sua atuação nas assembléias em Blois havia revelado nele um *politique* exemplar, que ao mesmo tempo em que buscava produzir uma filosofia política de fortalecimento da autoridade do rei, através do desenvolvimento do conceito de soberania e da idéia de que o rei reinava acima de todas as ordens do reino (abaixo apenas de Deus), participava ativamente, nos estados gerais, dessa construção. As duas principais discussões em Blois foram a reunificação dos franceses em uma mesma religião (por meio da guerra ou pacificamente) e a alienação dos bens da Coroa e da Igreja (necessária para custear uma guerra pelo catolicismo). Nas duas questões o deputado do Vermandois fez-se notar, envolvendo-se profundamente e às vezes comandando os debates.

Quando Henrique III havia declarado a sua intenção de restaurar a unidade religiosa no reino, alguns deputados, mesmo os católicos, tinham se mostrado reticentes quanto às implicações dessa decisão. Para Bodin, a reunificação imediata representava um perigo para o reino, pois dificilmente se chegaria a ela sem guerra, e a guerra não era desejável. A discussão sobre a religião do reino, durante os estados, foi longa, e as intervenções de Bodin foram essenciais para que, ao final deles, o pedido pela reunião dos franceses no catolicismo viesse

---

<sup>572</sup> “Assim decidi-me viver e morrer sob este que nos governa agora, sem entrar em nenhum exame da sua consciência; pois tal como ele nos foi dado por Deus, devemos tomá-lo”, Pasquier, *Lettres historiques*, apud Daussy, 2002, p.463 nota 160.

acompanhado da fórmula: “*par les plus douces et saintes voies que sa Majesté aviserait*”<sup>573</sup>.

1576 havia sido também o ano da primeira edição dos seus *Six Livres de la République*, em que Bodin apresentava e discutia a soberania, marca diferencial do rei, e seus limites. Segundo ele, havia poucos freios para a autoridade soberana, e entre eles o principal era a lei de Deus e da natureza. Quando age com injustiça e desonestidade, um rei

*franchit et brise les bornes sacrées de la loi de Dieu et de nature. Si on me dit qu’il ne se trouvera point de Prince si mal appris, et n’est pas à présumer qu’il voudrât commander chose contre la loi de Dieu et de nature, il est vrai: car [celui-là] perd le titre et l’honneur de Prince, qui fait contre le devoir de Prince*<sup>574</sup>.

Nos anos seguintes aos estados de Blois, Henrique III havia se tornado o príncipe mal apanhado que, para Bodin, não deveria manter seu título. O rei teria se tornado indigno de ocupar sua função por duas razões: seus atos eram incongruentes e não pareciam ter como objetivo a salvaguarda do reino; e o assassinato do duque de Guise e do seu irmão cardeal não havia sido motivado pela necessidade do Estado, mas pela incapacidade do rei de manter a sua autoridade e pela pura inveja de quem havia deixado de ser o primeiro no coração dos franceses. Em 1590, torna-se pública uma carta de Bodin dedicada a justificar a sua adesão à Liga. O pretexto da epístola é a defesa do direito do cardeal de Bourbon à Coroa, pois de acordo com Bodin, as determinações das leis do reino indicavam que era o cardeal o parente mais próximo, por linha masculina, de Henrique III:

*La Loi du Royaume dessert la Couronne à la plus proche maison venant en directe ligne de la race des Rois. Et cette coutume est conforme à la loi de Dieu : et a été suivie et approuvée par la loi des douze tables. Or est-il que Monseigneur le Cardinal de Bourbon, à conter depuis le Roi Saint Louis, se trouve descendu par son fils Robert de France Comte de Clermont, duquel est venue la branche de Bourbon, à prendre de père à fils, au treizième degré, et le Roi de Navarre au quatorzième, et par tant plus éloigné un degré*<sup>575</sup>.

<sup>573</sup> “pelas mais doces e santas vias que sua Majestade decidirá”, Bodin, 1577, p.16.

<sup>574</sup> “ultrapassa e arrebeta os limites sagrados da lei de Deus e da natureza. Si me dizem que não se encontrará nenhum Príncipe tão mal apanhado, e não é presumível que ele quisesse comandar algo contra a lei de Deus e da natureza, é verdade: pois perde o título e a honra de Príncipe aquele que faz contra o dever de Príncipe”, Bodin, 1993, III, IV, p.286

<sup>575</sup> “A Lei do Reino transmite a Coroa à casa mais próxima vindo em linha direta da raça dos Reis. E esse costume está de acordo com a lei de Deus: e foi seguido e aprovado pela lei das doze tábuas. Ora, dá-se que meu Senhor Cardeal de Bourbon, contando a partir do Rei São Luís, encontra-se descendente, por seu filho Robert de França Conde de Clermont, de que veio a linhagem de Bourbon, de pai para filho, ao 13º grau, e o Rei da Navarra ao 14º, e portanto mais afastado um grau”, Bodin, 1590, p.12.

A discussão acerca das regras e direitos de sucessão era extensa, e servia também como um álibi por trás do qual os partidários de cada grupo legitimavam a sua posição. Em 1588, Antoine Hotman, irmão católico intransigente de François Hotman, havia publicado, na mesma linha de Bodin, um *Traicté sur la déclaration du Roy pour les droits de prérogative de Monseigneur le Cardinal de Bourbon* e um *Advertissement sur les lettres octroyées à M. le cardinal de Bourbon*. Em ambos, a motivação já presente nas publicações do arqui-diácono François de Rosières repetia-se: tratava-se de excluir Henrique de Navarra da sucessão real, indicando o herdeiro que deveria, de acordo com as leis do reino e de Deus, assumir o trono. Hotman escrevia porque, apesar de os decretos publicados por Henrique III no início da oitava guerra civil instituírem “*les droits, privilèges, et prérogatives de Monseigneur le Cardinal de Bourbon*”<sup>576</sup>, várias publicações, de protestantes e *politiques*, contradiziam-nas, o que o levava a assumir a missão de “*faire cesser toutes les doutes*”<sup>577</sup> sobre a sucessão.

Para Bodin, Navarra não tinha as qualidades necessárias para ser rei da França porque era protestante e mantinha uma vida desregrada. Em 1576, nos *Seis Livros da República*, o monarca ideal era assim descrito:

*un Roi juste et droiturier, qui craint Dieu sur tout, qui honore la vertu, qui fait prix des bons, qui châtie les vices, qui décerne le droit loyer aux gens de bien et la peine aux méchants, qui a les flatteurs en horreur, qui tient sa foi et ses promesses, qui bannit les sangsues de cour, et les inventeurs de nouvelles exactions, qui épargne le sang de ses sujets comme le sien, qui venge les injures d'autrui et pardonne les siennes, et qui, surtout, a la religion d'honneur devant ses yeux*<sup>578</sup>.

Nem o temor a Deus nem o rigor da virtude eram, para Bodin, qualidades de Navarra, e o desrespeito a essas regras significava que a corrupção da função do soberano, que havia caracterizado o reinado de Henrique III, seria perpetuada. Segundo Jouanna, para Bodin “*le mouvement ligueur est simplement l'instrument*

<sup>576</sup> “os direitos, privilégios, e prerrogativas de meu Senhor o Cardeal de Bourbon”, Hotman, 1588, s/p.

<sup>577</sup> “fazer cessarem todas as dúvidas”, id., ibid, s/p.

<sup>578</sup> “um Rei justo e honesto, que teme Deus acima de tudo, que honra a virtude, que premia os bons, que castiga os vícios, que dispensa a justa retribuição às pessoas de bem e a pena aos maus, que tem horror dos adutores, que mantém sua fé e suas primessas, que bane os sanguessugas de corte, e inventores de novas exações, que preserva o sangue dos seus súditos como o seu, que vinga as injúrias de outrem e perdoo as suas, e que, sobretudo, tem a religião em honra sob seus olhos”, Bodin, 1993, VI, V, p.555.

*dont Dieu s'est servi pour balayer la corruption du dernier Valois*<sup>579</sup>, por isso a adesão a um partido cujas teses políticas não concordavam com as suas. A realidade, iminente, de um rei que não fosse católico provocou em muitos moderados e *politiques*, homens que acreditavam e defendiam uma separação entre a função do rei e a religião, a rejeição ou o desconforto com as suas próprias idéias. Para Bodin, apoiar Navarra era apoiar a continuação do governo corrompido de Henrique III. Opor-se a ambos era aliar-se à Santa União.

Depois de se considerar providencialmente libertada da tirania de Henrique III,

*la mort duquel non précogitée par jugement humain, mais venant de la main de Dieu, qui use de son bras droit contre les Rois et Princes, quand ils se méconnaissent*<sup>580</sup>,

a Liga empenhava-se em impedir a coroação de Navarra e em lutar contra os católicos aliados a ele, agindo para isso em todas as instâncias possíveis. Da publicação de discursos e sermões públicos, de tratados e panfletos difamatórios, à escolha de outro sucessor para Henrique III, o cardeal de Bourbon, Carlos X, proclamado rei da França pela Liga em 5 de agosto de 1589, mesmo preso, e cujos poderes, segundo o *Arrest de la cour de Parlement, de reconnoistre pour Roy, Charles dixiesme de ce nom*, datado de 21 de novembro desse mesmo ano, passariam ao duque de Mayenne até a sua libertação<sup>581</sup>. Da nomeação de um conselho real *ligueur*, e de *ligueurs* para os altos cargos da administração pública, à convocação dos estados gerais e à promulgação, pelo Parlamento de Paris, de leis anti-protestantes, como aquela anunciada no *Arrest de la Cour de Parlement pour la conservation du repos public de la ville & faux-bourgs de Paris, & sureté des habitans d'icelle*, de 11 de setembro de 1589, que proibia os moradores da capital de “*tenir et souffrir l'exercice, autre que de la religion Catholique, Apostolique et Romaine*”, e de “*favoriser le parti des Hérétiques, leurs fauteurs et*

<sup>579</sup> “o movimento *ligueur* é simplesmente o instrumento de que Deus se serviu para afastar a corrupção do último Valois”, Jouanna, op.cit., p.390.

<sup>580</sup> “cuja morte não prevista por julgamento humano, mas vindo da mão de Deus, que usa do seu braço direito contra os Reis e Príncipes, quando eles se desconhecem”, Bodin, 1590, p.20.

<sup>581</sup> *Arrest de la cour de Parlement, de reconnoistre pour Roy, Charles dixiesme de ce nom*, 1589, p.4.

*adhérents, ni leur assister, prêter conseil, confort et aide*”<sup>582</sup>. Das procissões expiatórias aos confrontos armados contra os exércitos fiéis a Henrique IV.

Nos anos seguintes à morte de Henrique III, os exércitos *ligueurs*, comandados por Mayenne, combaterão na França as forças de Henrique IV, enquanto Paris permanecerá, resistindo a cercos sucessivos, como a capital da Santa União. Um conselho formado por magistrados e outros católicos proeminentes da cidade é criado para geri-la e às demais localidades que fizessem parte da Liga. O *Advis et exhortation en toute humilité & obeissance. A messeigneurs du Conseil d'Estat general, de la sainte Union de l'Eglise catholique apostolique & romaine*, publicado em 1589, descreve a constituição desse corpo e as suas funções, ao lembrar aos seus membros que

*Dieu vous a fait la grâce d'être ainsi honorés de la charge et autorité, en laquelle vous êtes colloqués, ce qu'on sait n'avoir été par brigues ni par ambition, mais par l'antique, bonne et ancienne voie d'élection du peuple, qui n'a été faite de vos personnes, que pour la bonne vie qu'on a connue être en vous, et le bon zèle et affection qu'avez toujours montré et fait paraître durant et pendant les orages et tempêtes, à la défense et manutention de la foi et religion Catholique, Apostolique et Romaine, et au bien public de ce pauvre et misérable Royaume de France, jadis heureux, triomphant et florissant sur tous les Royaume de la terre*<sup>583</sup>.

Frente a esses homens honrados, estão outros, que, sem honra alguma, dão mais valor às coisas da terra do que às do céu. Segundo o autor anônimo,

*Ce sont gens de la terre, et non du Ciel, lesquels préfèrent (tant ils sont aveuglés) plutôt ce qui est du tout corruptible à ce qui est incorruptible, spirituel et éternel. (...) Telles personnes sont de belle apparence et pleins de beaux et graves propos de Rhétorique, mais fort peu fermes, zélés et affectionnés à la foi et religion Catholique, sinon seulement à leur insatiable avarice et ambition, ne se souciant d'autre chose en ce monde, qui est une peste, qui ruine l'âme et le corps d'une République*<sup>584</sup>.

<sup>582</sup> “manter e suportar o esercício, outro que não da religião Católica, Apostólica e Romana”, “favorecer o partido dos Hereges, seus agentes e aderentes, nem os assistir, dar conselho conforto e ajuda”, *Arrest de la Cour de Parlement pour la conservation du repos public de la ville & faux-bourgs de Paris, & sureté des habitans d'icelle*, 1589, p.4.

<sup>583</sup> “Deus vos fez a graça de serem assim honrados com o cargo e autoridade, na qual estais postos, o que sabemos não ter sido por intriga nem por ambição, mas pela antiga, boa e velha via de eleição pelo povo, que foi feita das vossas pessoas apenas pela boa vida que se reconheceu em vós, e o bom zelo e afeição que sempre mostrastes e fizestes aparecer durante e ao longo das chuvaradas e tempestades na defesa e conservação da fé e da religião Católica, Apostólica e Romana, e do bem público deste pobre e miserável Reino da França, antes feliz, triunfante e florescente acima de todos os Reinos da terra”, *Advis et exhortation en toute humilité & obeissance...*, op.cit., p.8.

<sup>584</sup> “São gente da terra, e não do Céu, os quais preferem (tão cegos estão eles) antes o que é totalmente corruptível ao que é incorruptível, espiritual e eterno. (...) Tais pessoas têm bela aparência e são cheios de belas e sérias propostas de Retórica, mas muito pouco firmes, zelosos e afeiçoados à fé e religião Católica, se não apenas à sua insaciável avareza e ambição, não se

Para impedir a ruína do reino, e o abandono da religião, em janeiro de 1593 a Liga convoca os estados gerais, que se reunirão na capital. O número de presentes é pequeno: 127 no total. Das duas reuniões anteriores dos estados, em Blois, em 1576 e 1588-1589, haviam participado respectivamente 383 e 437 deputados. A razão é simples, e é já o recurso que Henrique de Navarra usará para rejeitar as suas disposições: os estados gerais de 1593, ao serem convocados pela Liga, elegeram apenas deputados católicos (mesmo alguns *politiques* participariam). Para os protestantes, não eram portanto disposições representativas da vontade ou das necessidades do reino. Para a Liga, no entanto, a autoridade desses estados em nada se diferenciava das reuniões anteriores, as decisões tomadas neles sendo igualmente soberanas.

Uma decisão interessava especificamente à Santa União: a sua doutrina conferia aos estados o poder e a função de indicar o rei. O velho cardeal de Bourbon, preso por Henrique III em 24 de dezembro de 1588, havia morrido na prisão de Fontenay-le-Comte em maio de 1590, e a Liga, firme no propósito de se opor à coroação de Navarra, precisava escolher novamente um herdeiro para o trono. As candidaturas eram várias: o irmão – católico – do príncipe de Condé e novo cardeal de Bourbon, a infanta espanhola, o duque de Sabóia, o filho de uma filha bastarda de Henrique II, o jovem filho do duque de Guise e o filho de Mayenne. Os dois últimos proponentes eram apoiados pela Liga; a infanta e o duque de Sabóia eram frutos dos casamentos que haviam selado a paz de Cateau-Cambrésis entre França e Espanha, em 1559. Mas a lei sálica, que impedia as mulheres de ocuparem e de transmitirem o direito ao trono, foi reiterada por uma parte dos deputados do terceiro estado, que assim invalidaram a candidatura da infanta, e, entre os pretendentes restantes, nenhum reunia o entusiasmo dos estados sobre o seu nome. Sobretudo, alguns deputados interrogavam-se acerca do grau de legitimidade que teria uma decisão sua, tão poucos e tão pouco representativos eram eles. Segundo Jouanna, alguns deles questionavam sua própria autoridade, pois “*dans ces conditions, comment être sûrs que le choix de*

---

preocupando com outra coisa nesse mundo, o que é uma peste, que arruína a alma e o corpo de uma República”, *ibid.*, pp.10-11.

*l'assemblée ait une légitimité assez incontestable pour s'imposer à l'ensemble du royaume?*"<sup>585</sup>.

Mayenne tinha preocupação semelhante. Para tentar dar credibilidade à escolha dos estados, o duque convida então os príncipes de sangue, demais príncipes e oficiais da Coroa católicos que apoiavam Navarra a se reunirem aos deputados. Como Navarra rejeita enfaticamente o convite, declarando ilegais os estados de Paris, os príncipes, oficiais, prelados e senhores católicos a ele associados conseguem em substituição a aprovação para um encontro entre os seus representantes e os de Mayenne. Os participantes do lado *ligueur* são eleitos entre os deputados moderados presentes aos estados gerais. Em 29 de abril de 1593 abre-se em Suresnes, ao lado de Paris, a conferência. Sua primeira decisão é estabelecer uma trégua de dez dias, enquanto durarem as conversas (em julho, a trégua será renovada pelo período de três meses). Os partidários da paz, cada vez mais numerosos, exultam e entrevêm a possibilidade real de se decidirem os conflitos. O deputado Guillaume Du Vair, conselheiro do parlamento de Paris, conclui na sua *Exhortation à la Paix*, escrita entre 1592 e 1593, que

*toutes les considérations concourent pour persuader Monsieur du Mayne et les Princes de mettre fin à tant de misères, et donner quelque moyen à tant de peuples affligés et tantôt tous consumés de respirer sous le fait d'une si étrange calamité*<sup>586</sup>.

Em 17 de maio, o arcebispo de Bourges, Renaud de Beaune, principal nome da delegação dos *royaux*, anuncia solenemente que Navarra receberá uma instrução católica e, em consequência dela, abjurará o protestantismo.

Já em 1576, durante os estados gerais de Blois, Navarra havia feito referência a uma instrução religiosa. Segundo Bodin, na resposta aos embaixadores que haviam sido enviados a ele por Henrique III para informá-lo da decisão tomada pelos deputados do retorno à unidade católica, o rei da Navarra afirmara que,

*Quant à ce qu'en particulier ils désirent qu'il ait à faire qu'il n'y ait qu'une Religion Catholique Romaine, et quitter celle dont il fait profession, il a accoutumé de prier Dieu, et le prie en une si belle assemblée, que si sa religion est la bonne comme il croit, qu'il veuille l'y conserver et assurer. Que si elle est mauvaise, lui*

<sup>585</sup> “nessas condições, como ter certeza de que a escolha da assembléia tem uma legitimidade suficientemente incontestável para se impor ao conjunto do reino?”, Jouanna, op.cit, p.380.

<sup>586</sup> “todas as considerações concorrem para persuadir o Senhor du Mayne e os Príncipes de pôr fim a tantas misérias, e dar algum meio a tantos povos afligidos e logo todos consumidos por respirar sob o fato de uma tão estranha calamidade”, Du Vair, 1592, p.107.

*fasse entendre la bonne, et illuminer son esprit pour la suivre, et y vivre et mourir, et après avoir chassé de son esprit tous erreurs, lui donner force et moyen pour aider à la chasser de ce Royaume, et de tout le monde, s'il est possible*<sup>587</sup>.

Em 1584, quando se começou a discutir o problema da religião de Navarra após a morte do duque de Alençon-Anjou, aventou-se a possibilidade de uma conversão após um período de instrução no catolicismo. No relato ficcional da reunião que se teria seguido à entrevista entre Navarra e o duque de Épernon, enviado de Henrique III, um dos presentes, o senhor de Roquelaure, defendera uma conversão imediata, enquanto outro, Du Ferrier, acreditava que sobre ela se deveria recorrer ao estudo da religião e instruir-se “*par les saintes lettres. Car les discours politiques, et toutes les raisons sur lesquelles s’est fondé monsieur de Roquelaure, semblent être fort peu à propos*”<sup>588</sup>.

Duplessis-Mornay, em texto de 1585, afirmava que Henrique de Navarra “*est prêt et sera toujours de recevoir instruction d’un Concile libre et légitime, et de laisser l’erreur quand il lui sera montré*”<sup>589</sup>. No mesmo ano, a *Déclaration et protestacion du roy de Navarre, de M. le prince de Condé et M. le duc de Montmorency* informa que Navarra “*se soumet à un concile et déclare qu’il est prêt d’être instruit par icelui*”<sup>590</sup>. Cinco anos mais tarde, em 1590, o autor do *Advis d’un François à la Noblesse catholique de France*, Duplessis-Mornay ou Pasquier, assegura que “*Notre Roi ne désire autre chose d’avantage que d’être instruit*”<sup>591</sup>.

Instrução era o que pedia Navarra em carta de março de 1589 (antes portanto do assassinato de Henrique III) aos três estados do reino: “*je me suis toujours offert à la raison, et m’y offre encore. (...) Instruisez-moi : je ne suis*

<sup>587</sup> “Quanto ao que eles desejam particularmente que ele deva fazer com que haja apenas uma Religião Católica Romana, e deixar aquela de que ele faz profissão, ele costuma rogar a Deus, e roga-lhe em uma tão bela assembléia, que se a sua religião é a certa como ele acredita, que ele queira conservá-lo e assegurá-lo nela. Que se ela é errada, faça-o ouvir a boa, e iluminar seu espírito para segui-la, e viver e morrer nela, e depois de ter expulsado do seu espírito todos os erros, dar-lhe força e meio para ajudar a expulsá-la deste Reino, e de todo o mundo, se for possível”, Bodin, 1577, p.87.

<sup>588</sup> “pela sagrada escritura. Pois os discursos políticos, e todas as razões sobre as quais se baseou o senhor de Roquelaure, parecem não vir nada ao caso”, *Double d’une lettre...*, op.cit., p.65.

<sup>589</sup> “está disposto, e estará sempre, a receber instrução de um Concílio livre e legítimo, e a deixar o erro quando ele lhe for mostrado”, Mornay, 1585, p.32.

<sup>590</sup> “submete-se a um concílio e declara que está disposto a ser instruído por ele”, Henri IV, 1585, s/p.

<sup>591</sup> “Nosso Rei não deseja nada mais do que ser instruído”, *Advis d’un François à la Noblesse catholique de France...*, op.cit., p.41.

*point opiniâtre. Prenez le chemin d'instruire*<sup>592</sup>. Instrução, de novo, é a palavra usada por ele para indicar aos católicos que uma conversão não era impossível, dois dias depois da morte de Henrique III, na *Déclaration* de 4 de agosto de 1589.

Instrução, finalmente, é o que anuncia o arcebispo de Bourges em maio de 1593. A conversão acontece em pouco mais de dois meses, em uma cerimônia na basílica de Saint-Denis, no dia 25 de julho de 1593.

Boa parte dos católicos do reino receberá com entusiasmo a notícia, entre eles vários *ligueurs* menos intransigentes. Bodin abandonará a Liga e retornará, antes de morrer, em 1596, às fileiras *politiques* aliadas a Navarra, quando este retoma Laon, em 1594. Menor será a satisfação dos protestantes, e ainda menor a do grupo radical dentro da Liga. Para estes, a conversão de Navarra era apenas um golpe *politique* sem que houvesse qualquer mudança nas suas verdadeiras intenções, a principal delas destruir a Igreja.

Em 1588 a possibilidade de Navarra se tornar católico já havia sido rechaçada pela Santa União: o autor dos *Articles de la sainte union des Catholiques François* afirmava:

*Je sais que les politiques mal affectionnés à leur Religion font grand état des paroles qu'a tenu le Roi de Navarre aux Députés des États de Blois qu'il avait été toujours nourri et instruit à cet exercice de Religion, et que si par un Concile dûment assemblé, sa Religion était trouvée mauvaise, et la notre confirmée, il emploierait tous ses moyens pour la manutention des Catholiques. Ce sont de beaux propos qu'il dit à l'Archevêque de Vienne et qu'il avait accoutumé de prier Dieu, que si sa Religion était bonne, comme il croit, qu'il veuille lui confirmer et assurer, que si elle est mauvaise lui fasse entendre la bonne, et illuminer son esprit pour la suivre, et y vivre et mourir. Mais par ces propos emmiellés il ressemble à quelque vile orcade, depuis le sommet de la tête jusqu'à la fin du corps, et le reste est la queue d'un dragon très venimeux et épouvantable, car si les actions accompagnées des effets nous font bien juger des hommes, nous ne pouvons conclure autre chose de lui, sinon qu'au lieu de demander d'être instruit et enseigné, il veuille confirmer sa nouvelle opinion par force et par armes, et pour sonder et rechercher les choses de près et les peser au poids, et mesurer à l'aune, il se sert de cet artifice pour ne découvrir ouvertement le venin qu'il couve dedans l'âme*<sup>593</sup>.

<sup>592</sup> “sempre me ofereci à razão, e me ofereço ainda. (...) Instruí-me: eu não sou nada teimoso. Tomem o caminho de instruir”, Henri IV, 1589-a, s/p.

<sup>593</sup> “Eu sei que os *politiques* mal afeiçoados à sua Religião dão grande atenção às palavras que disse o Rei da Navarra aos Deputados dos estados de Blois, que ele tinha sido alimentado e instruído nesse exercício de Religião, e que se por um Concílio devidamente reunido a sua Religião fosse considera errada, e a nossa confirmada, ele empregaria todos os seus meios para a conservação dos Católicos. São belas propostas que ele diz ao Arcebispo de Vienne e que ele estava acostumado a rogar a Deus que, se a sua Religião for certa, como ele acredita, que ele queira lhe confirmar e assegurar, que se ela for errada, faça-lhe ouvir a boa, e iluminar seu espírito para segui-la e viver e morrer nela. Mas por essas propostas açucaradas ele se assemelha a alguma vil *orcande*, desde o topo da cabeça até o fim do corpo, e o resto é o rabo de um dragão muito venenoso e assustador, pois se as ações acompanhadas dos efeitos de fato nos fazem julgar os

Dois anos mais tarde, entre as *Raisons des politiques qui veulent faire Henry de Bourbon Roy de France*, estava a referência ao concílio nacional, proposta novamente recusada com o argumento de que uma instância superior, um “*Concile général*”, o de Trento, já havia rejeitado o protestantismo. O fato de Navarra pedir um concílio nacional quando outro, de maior autoridade, já havia decidido a questão da dissensão religiosa, faz o autor advertir: “*Telle allégation me semble plus un subterfuge ou évacion à échapper, que bonne volonté de s’amender et sortir de son hérésie*”<sup>594</sup>. Em 1591, outra publicação anônima enumerava as razões que deveriam impedir os franceses de aceitarem Navarra como rei, e refutava em seguida algumas objeções *politiques* aos argumentos citados. Diziam os *politiques*: “«*Le Roi de Navarre pourra se faire Catholique.*» Réponse: «*Mais il ne l’est pas*»”<sup>595</sup>. Em 1593, ainda não se acredita na conversão. Nos *Sermons de la simulée conversion, et nulité de la prétendue absolution de Henri de Bourbon*, o padre *ligueur* Jean Boucher declara: “*rien n’importe, si le loup est vêtu en peau de brebis. Car il ne laisse d’être loup, et n’en perd pas les dents pourtant*”<sup>596</sup>.

Para convencer os indecisos quanto à conversão, e para dissuadir os seus adversários, os *politiques*, como era sua prática, publicam e publicam. No *Advertissement salutaire aux François*, de 1594, o autor, novamente anônimo, volta ao primeiro argumento dos católicos intransigentes contra a coroação de Henrique de Navarra, e lembra que

---

homens, não podemos concluir outra coisa dele senão que em lugar de pedir para ser instruído e ensinado, ele quer confirmar sua nova opinião pela força e pelas armas, e para sondar e procurar as coisas de perto, e pesá-las ao peso, e medir à vara, ele se serve deste artifício para não expor abertamente o veneno que prepara dentro d’alma”, *Articles de la sainte union des Catholiques François*, op.cit., p.15.

<sup>594</sup> “Tal alegação me parece mais um subterfúgio ou evasão para escapar, do que boa vontade de se corrigir e sair da sua heresia”, *Raisons des politiques qui veulent faire Henry de Bourbon Roy de France...*, op.cit, p.12.

<sup>595</sup> ““O Rei da Navarra poderá fazer-se Católico.” Resposta: “Mas ele não o é”.”, *Les raisons, pour lesquelles Henry de Bourbon, soy disant Roy de Navarre ne peut et ne doit estre receu, approuvé, ne recogneu Roy de France. Avec les responses aux plus communes objections des Polytiques*. 1591, p.31.

<sup>596</sup> “não importa nada se o lobo está vestido em pele de cordeiro. Pois ele não deixa de ser lobo, e não perde portanto seus dentes”, Boucher, op.cit., p.604.

*Les passages de l'écriture tirés par les cheveux n'ont manqué à nos Docteurs vénaux. Et tout cela, disaient-ils, pour ce que le Béarnais ou Roi de Navarre était hérétique*<sup>597</sup>.

Depois da conversão, no entanto, a situação estava transformada, pois

*le voilà Catholique, Dieu a exaucé les vœux et prières des bons, notre désir a réussi par la bonté, grâce et miséricorde de ce grand Roi des Rois, qui a frappé de sa puissante main l'entendement de notre Roi, pour le nous rendre et nous à lui. Il est fils comme nous de l'Église Catholique, Apostolique et Romaine, à laquelle il s'est soumis pour le Spirituel. Dieu lui a ouvert et tendu les bras, comme jamais il ne rebute le pécheur converti. Quand tous les hommes lui fermeraient la porte, c'est en vain, puisqu'il est dedans. Il est Roi légitime, l'élu et l'oint de Dieu en cette charge. Dieu puissant sur les hommes, qui s'opposeraient à sa miséricorde, a certes montré par là l'amour qu'il porte à ce pauvre Royaume*<sup>598</sup>.

Como única barreira para a aceitação de Navarra como rei legítimo, a sua religião poderia justificar a recusa católica em reconhecê-lo, mas depois de abjurar o protestantismo, e regressar à Igreja católica, a causa da rejeição ao novo rei havia sido eliminada. Entretanto, diz o autor desse *Advertissement*, alguns focos de resistência continuavam atuando, publicando panfletos e fazendo sermões, assegurando que a conversão não era sincera nem válida:

*L'Espagnol mécréant, et la ligue des seize tyrans*<sup>599</sup> *faisaient prêcher impossible sa conversion, les chaires des prédicateurs en retentissaient sur même billet, comme ils en étaient bien payés*<sup>600</sup>.

Os franceses, porém, os que ainda não tinham aceitado a coroação de Henrique IV, deveriam saber que mentirosos eram os *ligueurs*, mentirosas as suas afirmações, e que

*Notre Roi (vrai Français) est du vrai tige et race de ce bon saint Louis, la plus noble et ancienne du monde, c'est notre gloire. Non de race nouvelle, d'un maître d'hôtel d'un Empereur, un petit Comte d'Habsbourg, il n'y a que trois cent ans, ou*

<sup>597</sup> “As passagens da escritura puxadas pelos cabelos não faltaram aos nossos Doutores venais. E tudo isso, diziam eles, porque o Bernês ou Rei da Navarra era herege”, *Advertissement salutaire aux Français*, 1594, p.4.

<sup>598</sup> “ei-lo Católico, Deus realizou os votos e pedidos dos bons, nosso desejo realizou-se pela bondade, graça e misericórdia desse grande Rei dos Reis, que tocou com sua poderosa mão o entendimento do nosso Rei, para dá-lo a nós e nos dar a ele. Ele é filho como nós da Igreja Católica, Apostólica e Romana, à qual se submeteu quanto ao Espiritual. Deus abriu e estendeu os braços a ele, como nunca rejeita o pecador convertido. Quando todos os homens fechariam a porta a ele, é em vão, posto que ele está dentro. Ele é Rei legítimo, o eleito e o ungido de Deus nesse cargo. Deus poderoso sobre os homens, quem se oporia à sua misericórdia, certamente mostra dessa forma o amor que tem por esse pobre Reino”, *ibid.*, pp.4-5.

<sup>599</sup> Referência aos *Seize*, grupo radical dentro da Liga, que foi em alguns momentos responsável pela administração de Paris (cf. Jouanna et al., *op.cit.*, pp.1297-1298).

<sup>600</sup> “O espanhol descrente, e a liga dos 16 tiranos faziam pregar impossível a sua conversão, os púlpitos dos pregadores retumbavam na mesma nota, como eram bem pagos para tal”, *Advertissement salutaire aux Français*, *op.cit.*, p.5.

*d'un Henri bâtard de Castille, établi Roi par Pierre de Bourbon qui déchassa de ce Royaume de Castille, Pierre le Cruel. Sa conversion a été faite en l'Église saint Denis en France, sur les tombeaux et comme en la face de ses majeurs, âmes généreuses, témoins de sa conversion, et cautions envers nous ayant laissé ce beau très-Chrétien, très puissant, et le plus noble Royaume de la terre, que l'étranger le nouveau Chrétien veut par nos mains impies, et par le poison semé des langues vénales perdre maintenant et dissiper*<sup>601</sup>.

A discussão sobre a sinceridade desta sexta<sup>602</sup> conversão de Henrique de Navarra é menos importante do que a percepção de que foi uma preocupação do rei revesti-la da mais plena sinceridade. Navarra pedia para ser instruído, admitia que poderia estar errado na sua opção confessional e assegurava que, se a Verdade se apresentasse, ele não teria pudor nem medo de abraçá-la. A afirmação da necessidade de instrução – além de poder ser a expressão de um sentimento genuíno – é um reflexo da sua preocupação em controlar as opiniões sobre a conversão: uma abjuração imediata poderia parecer oportunismo, mas a mesma decisão tomada depois de ampla discussão e profunda reflexão era justificável, e poderia, inclusive, ser vista como um ato da Providência.

Nos poucos meses entre o anúncio da instrução de Navarra e a conversão de fato, a Liga continuou a pressionar os estados gerais para que eles elessem um novo rei. Após a abjuração, no entanto, o aumento significativo dos aliados de Navarra torna nula a autoridade dos deputados quanto a essa questão. A força da Liga começa a ceder.

Em janeiro de 1594, o governador de Meaux entrega a cidade a Navarra. No mesmo mês, o parlamento de Aix o reconhece como rei. Em fevereiro, seu exército entra em Lyon. No fim do mês, Navarra é sagrado em Chartres. No dia

<sup>601</sup> “Nosso Rei (verdadeiro francês) é do mesmo tronco e raça desse bom são Luís, a mais nobre e antiga no mundo, é nossa glória. Não de raça nova, de um *maître d'hotel* de um imperador, um pequeno conde de Habsburgo, há apenas 300 anos, ou de um Henrique bastardo de Castela, feito Rei por Pedro de Bourbon que expulsou desse Reino de Castela Pedro o Cruel. Sua conversão foi feita na Igreja Saint Denis na França, sobre os túmulos e como que frente aos seus maiores, almas generosas, testemunhos da sua conversão, e garantia para nós tendo deixado esse belo mui-Cristão, muito poderoso, e o mais nobre Reino da terra, que o estrangeiro o novo Cristão quer pelas nossas mãos ímpias, e pelo veneno semeado pelas línguas venais perder agora e dissipar”, *ibid.*, pp.5-6.

<sup>602</sup> Henrique de Navarra havia sido batizado católico, mas desde cedo recebera uma educação calvinista sob a orientação de sua mãe, a rainha da Navarra Jeanne d'Albret (que abjurara publicamente o catolicismo no Natal de 1560). Quando o pai, Antoine de Bourbon, torna-se lugar-tenente geral do reino, em 1561, Navarra está vivendo em Paris, e, no ano seguinte, passa a ser educado, com os filhos de Henrique II e Catarina de Médici, na religião católica. Alguns anos depois da morte do pai, em 1562, Jeanne d'Albret recupera a guarda do filho e, por volta de 1567, ele é novamente protestante. Após a Noite de São Bartolomeu, o novo rei da Navarra (a rainha havia morrido no mesmo ano de 1572, pouco antes do casamento de Henrique e Margarida de Valois) é obrigado a abjurar, mas se converte mais uma vez depois de fugir da corte, em 1576. A conversão de 1593 será portanto a sexta, e última.

22 de março, Paris abre as portas a Henrique IV. Segundo Robert Descimon, “*la conversion du 25 juillet 1593 ouvrit à Henri IV le coeur des Parisiens*”<sup>603</sup>, que haviam resistido a dois cercos durante a oitava guerra de religião. O primeiro, ainda em 1589, havia reunido Henrique III e Navarra. Após o assassinato do rei, em 8 de agosto Henrique IV suspendera o cerco e deixara Saint-Cloud. No ano seguinte, a cidade foi novamente sitiada, entre o início de maio e o final de agosto de 1590, meses em que a fome e as doenças devastaram a população da cidade. De acordo com Jean Hippolyte Mariéjol, no início do cerco havia em Paris cerca de 100 mil pessoas; em agosto, a fome havia matado 13 mil, e outras 30 mil pessoas haviam perecido, ou pereceriam ainda, por causa das infecções decorrentes das condições insalubres na cidade<sup>604</sup>. Como resultado do mal-sucedido cerco, quase metade da população que estava na capital, 43% dela, estava morta. Quando Henrique IV finalmente conquista a cidade, não é preciso cerco nem sangue: na madrugada de 22 de março, o governador da capital, Charles de Cossé-Brissac, abre uma das portas de Paris às forças reais. Às 6h da manhã, quando o rei entra na cidade, nenhuma resistência é oferecida a ele<sup>605</sup>. A entrada solene do rei na sua capital acontecerá em 15 de setembro de 1594.

Depois da capital, caem Rouen, Le Havre, Harfleur, Montivilliers, Pont-Audemer, Verneuil, Troyes e outras cidades. No outono, Charles de Guise, filho do duque de Guise assassinado em dezembro de 1588 por Henrique III, alia-se ao rei.

Em 17 de janeiro de 1595, Henrique IV declara guerra à Espanha. Como o almirante Gaspard de Coligny em 1572, o rei esperava reunir os franceses em uma guerra contra um inimigo exterior, e assim fortalecer a conciliação interna de católicos e protestantes sob a sua liderança. Conselho semelhante dava Jean Bodin nos seus *Six livres de la République*:

*Le plus beau moyen de conserver un état et le garantir de rébellions, séditions et guerres civiles, et d'entretenir les sujets en bonne amitié, est d'avoir un ennemi, auquel on puisse faire tête*<sup>606</sup>.

<sup>603</sup> “a conversão de 25 de julho de 1593 abriu a Henrique IV o coração dos parisienses”, Descimon, 1990, p.30.

<sup>604</sup> Mariéjol, op.cit., pp.352-355.

<sup>605</sup> Jouanna, op.cit., p.388.

<sup>606</sup> “O mais belo meio de conservar um estado e protegê-lo de rebeliões, sedições e guerras civis, e de manter os súditos em boa amizade, é ter um inimigo, ao qual se possa fazer frente”, Bodin, 1993, V, V, p.463.

Em junho, Henrique IV vence em Fontaine-Française as forças de Mayenne e da Espanha juntas. O duque, assim como o sobrinho Guise antes dele, é perdoado pelo rei e transforma-se em um novo aliado. O édito assinado com Henrique IV no início do ano seguinte, em janeiro de 1596, garante-lhe boas vantagens, como em 1594 o acordo com o duque de Guise: Mayenne recebe três cidades como *places de sûreté* durante seis anos (Chalon, Seurre e Soissons) e a soma de pouco mais de três milhões e quinhentas mil libras. As vitórias conquistadas pelos exércitos de Henrique IV, somadas aos perdões distribuídos e às negociações deveras favoráveis aos seus antigos adversários, resultaram no fim da resistência da Liga. De acordo com as memórias de Sully, o rei teria gastado cerca de 32 milhões de libras para conquistar os chefes *ligueurs*, tendo mais uma vez atitude próxima daquela recomendada por Bodin, que ensinava que “*les plus avisés estiment que, de tels ennemis, il en faut faire de bons amis ou les tuer du tout*”<sup>607</sup>. Louis Dorléans, autor *ligueur* da *Apologie ou Defence des catholiques unis les uns avec les autres, contre les impostures des catholiques associez à ceux de la pretendüe Religion* (1586), louvará, em 1603, o esforço de pacificação feito por Henrique IV, demonstrado pelo seu empenho em esquecer e superar antigas inimizades: “*Si le roi n’eût pardonné, à qui eût-il commandé, car toute la France était contre lui, et à présent, elle est glorieusement à lui*”<sup>608</sup>, afirmará Dorléans.

Na primavera de 1596, resta contra Henrique IV apenas o duque de Mercoeur, na Bretanha, que resiste com o reforço dos mais de mil soldados enviados por Felipe II. A luta contra ele durará até o início de 1598. Em dezembro de 1597, os estados provinciais declaram oficialmente apoio ao rei e apelam a ele contra Mercoeur e as forças espanholas. Em fevereiro seguinte, o duque é obrigado a capitular após a queda de Dinan. Segundo Bernard Cottret, “*le chef ligueur n’était plus qu’un oiseau désemparé qui ne peut plus voler*”<sup>609</sup>.

Em 30 de abril, é assinado em Nantes o novo édito de pacificação. Em 2 de maio de 1598, é a vez de Felipe II assinar um tratado de paz com Henrique IV, nos moldes daquele feito em 1559 em Cateau-Cambrésis. O fim de ambas as

<sup>607</sup> “os mais ilustrados estimam que, de tais inimigos, é preciso fazer bons amigos ou matá-los todos”, id., *ibid.*, IV, I, p.339. Os inimigos a que Bodin faz referência nessa passagem não eram os seus contemporâneos, mas os inimigos da república romana.

<sup>608</sup> “Se o rei não tivesse perdoado, a quem teria ele comandado, pois toda a França estava contra ele, e agora, ela é gloriosamente dele”, Louis Dorléans, carta de 18 de abril de 1603, citada por Cottret, *op.cit.*, p.131.

<sup>609</sup> “o chefe *ligueur* era apenas um passarinho desamparado que não pode mais voar”, Cottret, *op.cit.*, p.123.

guerras, a interna e a exterior, não significou no entanto que a luta pela pacificação do reino estivesse terminada. As sete tentativas, representadas pelos sete édito promulgados por Carlos IX e Henrique III, haviam resultado em novas guerras, e não em paz. A dificuldade no registro do édito de Nantes poderia indicar que também ele falharia em construir a paz. De fato, a aplicação do édito não foi simples, nem os seus efeitos, imediatos. No Natal de 1598, que Henrique IV escolhe, simbolicamente, passar em Paris, ecos da Liga ainda ressoam, e, segundo Cottret, “*pendant l’hiver (...) les prédicateurs se laissent à nouveau aller à des excès de chaire dont retentissent les églises parisiennes*”<sup>610</sup>.

Quanto ao édito, foi necessário pressionar os parlamentos para que as suas cláusulas fossem registradas. Ao parlamento de Paris, Henrique IV faz uma visita em 7 de janeiro de 1599. Do seu discurso, emanam sobretudo a autoridade do rei e a sua intenção de restaurar a paz:

*Ce que j’ai à vous dire est que je vous prie de vérifier l’Édit que j’ai accordé à ceux de la Religion. Ce que j’en ai fait est pour le bien de la paix. Je l’ai faite au dehors, je la veux au dedans. Vous me devez obéir, quand il n’y aurait autre considération que de ma qualité et de l’obligation que m’ont tous mes sujets, et particulièrement vous tous de mon Parlement*<sup>611</sup>.

Henrique IV tem suficiente autoridade, ao contrário de Carlos IX e Henrique III, para fazer respeitar sua vontade de rei, e o édito é feito lei<sup>612</sup>. Essa autoridade, os *politiques* ajudaram a construí-la, elaborando nas suas publicações um processo de sacralização pessoal do rei. Afirmações da intervenção divina favorecendo Navarra nos campos de batalha – onde ele era apoiado “*par une guide et escorte divine, et par un vent en poupe de la fortune, qui érige trophée sur trophée, et continue victoires à d’autres victoires*”<sup>613</sup> –, longos elogios sobre as suas muitas

<sup>610</sup> “durante o inverno (...) os pregadores deixam-se ir novamente a excessos de púlpito com os quais retumbam as igrejas parisienses”, id., ibid., pp.208-209.

<sup>611</sup> “O que tenho a vos dizer é que eu rogo a vocês que registrem o Édito que concedi aos da Religião. O que fiz é pelo bem da paz. Eu a fiz no exterior, eu a quero no interior. Deveis obedecer-me, quando não houvesse outra consideração além da minha qualidade e da obrigação que tem em relação a mim todos os meus súditos, e particularmente vós todos do meu Parlamento”, l’Estoile, 1982, pp.164-165.

<sup>612</sup> Em 25 de fevereiro de 1599, o parlamento de Paris registra o édito. Outros parlamentos ainda resistirão até o ano seguinte, ou por até 10 anos: Grenoble fez o registro em 27 de setembro de 1599, Dijon em 12 de janeiro de 1600, Toulouse e Bordeaux respectivamente nos dias 19 e 27 do mesmo mês, Aix em 11 de agosto, Rennes no dia 23 e, finalmente, Rouen, no dia 5 de agosto de 1609.

<sup>613</sup> “por um guia e escolta divina, e por um vento em popa da fortuna que erige troféu sobre troféu, e segue vitórias à outras vitórias”, *Advis d’un Francois à la Noblesse catholique de France...*, op.cit., p.8. O providencialismo criado em torno de Navarra não significava por certo que alguma

virtudes – que garantiam que “*le nom d’Auguste ou conquérant peut aussi bien être donné à notre Roi*”<sup>614</sup> – coabitavam, nos textos *politiques*, com a afirmação da importância do seu propósito, da necessidade da paz e da capacidade única do novo rei de restaurá-la, por que ele, como nenhum outro antes, conhecia a sua função: “*il a le bien de son peuple en trop grande recommandation, la sûreté de son Etat trop chère*”<sup>615</sup>.

Para o autor do *Advis d’un François à la Noblesse catholique de France*, das batalhas, Navarra às vezes saía vencedor simplesmente porque seus inimigos “*voyaient leur entreprise impossible par la seule vertu du Prince, à qui ils avaient affaire*”<sup>616</sup>. Segundo o autor, Pasquier ou Duplessis-Mornay,

*Admirable est la vertu, innommable le courage de ce grand guerrier invincible, invaincu, qui rend vraisemblables les prouesses de ces anciens Princes et Capitaines, dont les Histoires sont honorées, que jusqu’à présent nous avons estimé impossibles, saintes et accrues par la plume des Historiens*<sup>617</sup>.

Mas, continua o *Advis*,

*ses vertus ne sont pas seulement guerrières, (...) car il a pareillement les autres vertus qu’un grand Roi, pour l’ornement de la paix, doit avoir. Son naturel est reconnu aimer la justice, le soulagement du peuple, et ce qui en l’un et l’autre est grandement recommandable est Prince de foi et très-religieux observateur de sa parole*<sup>618</sup>.

Publicado no mesmo ano do *Advis*, o *Anagramme de Henry de Bourbon* (1590), este assinado por Pasquier, reiterava os elogios feitos naquela publicação e explicava à França que, com a chegada de Henrique de Navarra, acabara-se a guerra, chegara a paz:

*France, dont le navire a si longtemps été  
Sur la mer de Malheur par l’orage battue,  
Et dont les tourbillons de la vague tortue*

---

igreja, católica ou protestante, passaria a deter o monopólio da divinização do rei – tal consequência seria, teoricamente, a reiteração da obrigação do rei para com a igreja.

<sup>614</sup> “o nome de Augusto ou conquistador pode igualmente ser dado ao nosso Rei”, *ibid.*, p.7.

<sup>615</sup> “ele tem o bem do seu povo em muito alta recomendação, a segurança do seu Estado muito cara”, *ibid.*, p.61.

<sup>616</sup> “viam sua empresa impossível unicamente pela virtude do Príncipe com quem lidavam”, *ibid.*, p.145.

<sup>617</sup> “Admirável é a virtude, indescritível a coragem desse grande guerreiro invencível, invicto, que torna verossímeis as proezas desses antigos Príncipes e Capitães, cujas Histórias são honradas, que até o presente estimávamos impossíveis, santas e aumentadas pelas penas dos Historiadores”, *ibid.*, pp.5-6.

<sup>618</sup> “suas virtudes não são apenas guerreiras, (...) pois ele tem igualmente as outras virtudes que um grande Rei, para o ornamento da paz, deve ter. Sua natureza é sabido amar a justiça, o alívio do povo, e o que em um e outro é recomendável é Príncipe de fé e mui-religioso observador da sua palavra”, *ibid.*, p.39.

*Ont brisé tout le dos, çà et là tempêté.  
 Courage, vois l'Ardant sur ton mâât arrêté,  
 La saint-Herme est venu, qui de clarté pointue  
 En bref te fera voir la tourmente abattue,  
 Et l'Hiver de tes maux s'échanger en Été.  
 C'est le Royal flambeau de la gloire Bourbonne,  
 Illustrant de ses rais la Française couronne :  
 Heur espéré des bons, des mutins grand effroi.  
 C'est Henry de Bourbon, donne-paix,  
 chasse-guerre,  
 À l'arrivée duquel, crois France, que ta terre  
 A de bon roy bon heur, et de bon heur  
 bon roy<sup>619</sup>.*

Depois da proclamação do édito de Nantes, a glorificação do rei se fortaleceu com as suas conquistas, com a guerra já vencida, contra a Liga e contra a Espanha, com a paz anunciada e regulamentada pelo édito. O autor anônimo do *De la Concorde de l'Estat* (1599) exaltava ao mesmo tempo Henrique IV e a paz, que considerava obra sua:

*Voici, il nous est né un Prince, grand Architecte et brave conducteur de notre concorde : jetons la vue sur ses yeux : contemplons ses affections, observons ses intentions, et ne gâtons point un si bel ouvrage de notre Paix entrepris par ce Monarque, avec tant de peines et de travaux, Monarque, qui par la force de ses armes et par sa patience a consolidé toutes les plaies de cet État, Monarque qui nourrit en sont sein deux grandes vertus, la vaillance et la clémence, et de ses deux mamelles allaite et alimente cet État. L'une pour vaincre, l'autre pour pardonner. L'une pour se faire craindre et redouter de ses ennemis : l'autre pour se faire aimer de ses sujets<sup>620</sup>.*

A vitória de Navarra era fruto das suas virtudes e das suas intenções, conquistada pela força e pela paciência, por um duplo trabalho realizado nos campos de batalha e nas consciências francesas, preparadas, com o tempo, para aceitarem a sua paz. Para os *politiques*, a vitória permitia a instituição da tolerância civil também porque, pelas suas virtudes e pelas suas intenções, o rei mostrava ser *o escolhido*. Havia uma benção, uma unção a pairar sobre Henrique de Navarra, e ela havia sido recebida por ele como uma dádiva pessoal, dada diretamente por Deus, sem que fosse preciso passar pelo intermédio de nenhuma

<sup>619</sup> Pasquier, 1590, p.3.

<sup>620</sup> “Eis, nasceu-nos um Príncipe, grande Arquitecto e bravo condutor da nossa concórdia: deitamos a vista sobre os seus olhos: contemplemos suas afeições, observemos suas intenções, e não estraguemos uma tão bela obra da nossa Paz realizada por esse Monarca, com tanta pena e trabalho, Monarca, que pela força das suas armas e pela sua paciência, consolidou todas as feridas deste Estado, Monarca que alimenta em seu seio duas grandes virtudes, a valentia e a clemência, e das suas duas mamas amamenta e alimente este Estado. Uma para vencer, a outra para perdoar. Uma para se fazer temer e recear pelos seus inimigos: a outra para se fazer amar pelos seus súditos”, *De la Concorde de l'Estat...*, op.cit., pp.89-90.

instituição<sup>621</sup>. Para o autor do *Advis*, as vitórias acumuladas por Navarra, mesmo em momentos de maior adversidade, “*montrent une singulière faveur de la fortune conduite par la main de Dieu, qui a perpétuellement accompagné ce Prince et lui aide à manier ses affaires*”<sup>622</sup>. Como no longo trecho já citado do *Restaurateur de L’Etat François*, a razão e o Espírito de Deus guiavam os passos do soberano, garantindo-lhe uma capacidade superior ao comum dos homens, uma inteligência e uma grandeza sobre-humanas<sup>623</sup>.

A mitificação pessoal de Henrique IV não o afastava no entanto dos homens, nem das suas necessidades: atender a elas, que tomavam forma no bem-comum, era o objetivo para o qual o rei havia sido ungido<sup>624</sup>. Com o objetivo de

<sup>621</sup> Pode-se reconhecer nessa idéia a premissa protestante de que a relação entre o homem e Deus não precisa da intermediação da igreja, pois todo fiel é um pastor. Em termos históricos, igualmente, não se pode deixar de pensar que a monarquia absoluta de direito divino possa ter aí um primeiro desenvolvimento teórico.

<sup>622</sup> “mostram um singular favor da fortuna conduzida pela mão de Deus, que acompanhou perpetuamente esse Príncipe e o ajuda a manejar seus negócios”, *Advis d’un François à la Noblesse catholique de France...*, op.cit, p.7.

<sup>623</sup> *Le Restaurateur de l’Etat François*, op.cit., pp. 277-282, transcrito nas páginas 203-204 desta tese.

<sup>624</sup> A mitificação de Henrique IV, *Henri le Grand*, não cessou após o seu reinado. O assassinato do rei, em 1610, foi profundamente lamentado pela população francesa, que via nele um herói, ao mesmo tempo que um pai. A historiografia francesa nos séculos XVII, XVIII e XIX, e especialmente aquela produzida pelo Iluminismo, criou para Henrique IV a imagem de um monarca superior aos demais, em bondade e competência, e do pacificador de uma guerra sem fim. Para Tallement des Réaux, “*on n’a jamais vu prince plus humain ni qui aimât plus son peuple*” (“nunca se viu príncipe mais humano nem que tenha amado mais seu povo”, apud Desprat & Thibau, 2001, p.116). Em 1728, Voltaire abre a sua *Henriade* (uma primeira edição, incompleta, data de 1723) declarando: “*Je chante ce Héros, qui régna dans la France./ Et par droit de conquête, et par droit de naissance./ Qui par de long travaux apprit à gouverner./ Qui formidable et doux, sut vaincre et pardonner./ Confondit et Mayenne, et la Ligue, et l’Ibère./ Et fut de ses sujets le vainqueur et le père*” (“Eu canto esse Herói, que reinou na França./ Tanto por direito de conquista, quanto por direito de nascimento./ Que por longos trabalhos aprendeu a governar./ Que formidável e doce, soube vencer e perdoar./ Confundiu tanto Mayenne, quanto a Liga e o Ibero./ E foi dos seus súditos o vencedor e o pai”, Voltaire, 1728, p.1). Michelet, na sua monumental *Histoire de la France*, publicada entre 1833 e 1846, afirma que “*Après qu’il eut conquis son royaume, toute l’Europe sentait une chose, c’est qu’il n’y avait qu’un roi et c’était le roi de France. Le voeu de tous nos voisins eut été d’être conquis. Les Flamands écrivaient aux nôtres : « Ah ! si nous étions Français » (...) Est-ce à dire que la voix publique a tort de vanter ce règne? La légende est-elle vaine? Non, le peuple a eu raison de consacrer la mémoire du roi singulier, unique, qui fit désirer à tous d’être Français*” (“Depois de ele ter conquistado seu reino, toda a Europa sentia uma coisa, que havia apenas um rei e era o rei da França. Os desejos de todos os nossos vizinhos foi de serem conquistados. Os flamengos escreviam aos nossos: “Ah! Se nós fôssemos franceses”(…) Deve-se dizer que a voz pública está errada em elogiar esse reino? A legenda será ela vã? Não, o povo teve razão de consagrar a memória do rei singular, único, que fez todos desejarem ser franceses”, apud Desprat & Thibau, op.cit., p.119). Em 1844, Alexandre Dumas trata o ainda jovem Navarra como a luz em meio à escuridão de tempos sombrios. Segundo Eliane Viennot, em *Rainha Margot* “*Le Bourbon annonce de temps nouveaux, celui où la raison, l’intelligence, la tolérance, prendront le pas sur la passion, l’aveuglement, le goût du sang et de la haine*” (“O Bourbon anuncia tempos novos, em que a razão, a inteligência, a tolerância tomarão o passo à paixão, à cegueira, ao gosto do sangue e do ódio”, Viennot, 1994, p.630). E ainda em 1935, Heinrich Mann, em seu *A juventude do rei Henrique IV*, discorre, segundo Georg Lukács, “a

realizarem a sua proposta de tolerância, os *politiques* fizeram de Henrique IV uma espécie de grande guia para a França atribuindo ao rei, responsável pela construção e aplicação do novo édito de pacificação, marcas que confirmavam, por causa da sua unção pessoal, a veracidade e a validade do seu objetivo e do instrumento que conduzia a ele – e se, diz o autor do *De la Concorde de l'Estat*, os seus contemporâneos não soubessem ainda reconhecer a grandeza de Henrique IV, a posteridade – que, na França, só existirá por causa do rei e da sua paz – saberá dar graças e reconhecer o seu valor:

*C'est donc (ô Prince magnanime) par l'observation de vos Édits de Pacification, plus que de nuls autres, qu'il vous faut maintenant affermir la concorde de cet État, C'est par leur moyen qu'il faut effacer les couleurs, les ombrages, les prétextes de nos rébellions, empruntées sous le titre de Religion, C'est par leur autorité qu'il vous fait retenir la créance sur les uns, et sur les autres vos sujets : Et quoique le peuple de ce siècle trop aveuglé en ses passions n'en puisse juger les effets, et trop ingrat n'en puisse reconnaître les bienfaits : la postérité seule rendra témoignage de vos actions, et comblera de louanges vos vertus : Postérité qui se ressentira encore de la bonne odeur de vos lys, de l'heureuse réconciliation de vos sujets, et de la prudente conduite de cet État*<sup>625</sup>.

Segundo Arlette Jouanna, a proposta *politique*, que consideramos exposta na passagem acima, baseava-se ao mesmo tempo na personalidade de Henrique IV e no desenvolvimento da idéia da necessidade urgente do reino que, à medida que as guerras prosseguiam, tornava mais visíveis os resultados e o caos que derivavam dos conflitos movidos por interesses alheios ao bem comum. Para Jouanna,

*Le roi a une personnalité suffisamment forte et charismatique (à la différence de celle de Henri III) pour servir de support crédible à cette mythification de l'image royale ; il a surtout la chance d'arriver à un moment où l'excès des misères publiques a rendu irrépressible cette attente passionnée et mystique d'un ordre échappant aux passions humaines*<sup>626</sup>.

---

respeito de uma humanidade real e vitoriosa – manifesta em Henrique IV” (Lukács, 1993), que era, como para Dumas, o contraponto das trevas representadas pelo avanço do regime nazista.

<sup>625</sup> “É portanto (ó Príncipe magnânimo) pela observação de vossos Éditos de Pacificação, mais do que de nenhum outro, que deveis agora fortalecer a concórdia deste Estado, É por meio deles que as cores, as desconfianças, os pretextos das nossas rebeliões, disfarças sob o título de Religião, devem ser apagadas, É pela sua autoridade que deveis reter a crença em uns, e nos outros vossos súditos: E mesmo que o povo deste século, cego demais nas suas paixões não possa julgar os efeitos, e ingrato demais não possa reconhecer seus benefícios: a posteridade unicamente dará testemunho das suas ações, e cobrirá de elogios vossas virtudes: Posteridade que sentirá ainda o bom odor dos nossos lírios, da feliz reconciliação de vossos súditos, e da prudente condução deste Estado”, *De la Concorde de l'Estat...*, op.cit., pp.92-93.

<sup>626</sup> “O rei tem uma personalidade suficientemente forte e carismática (ao contrário da de Henrique III) para servir de apoio credível a essa mitificação da imagem real; ele tem sobretudo a sorte de chegar em um momento em que o excesso das misérias públicas tornou irreprimível esta espera apaixonada e mística por uma ordem que escapasse às paixões humanas”, Jouanna, op.cit., p.392.

Mas a vontade do rei não foi a única razão para a pacificação do reino, muito embora ela tenha estado sempre presente, liderando o processo. O que tornou o édito de Nantes viável foi o fato de as condições envolvendo-o serem distintas daquelas em que os tratados anteriores haviam sido elaborados e assinados. Diferentemente deles, o édito promulgado após a oitava guerra de religião foi o resultado de longos anos de discussões entre católicos, protestantes e os representantes do rei, e a possibilidade da sua aplicação foi fruto da aceitação da idéia de que a única forma de dar fim aos conflitos era impedir que a coexistência de católicos e protestantes fosse motivo de guerra, era, em outras palavras, desvincular a diferença na religião da oposição na república.

Durante os nove anos da última guerra de religião, a contar do assassinato de Henrique III, a reconquista do reino frente às resistências da Liga foi acompanhada de negociações para o estabelecimento de uma nova paz, e a elaboração de um novo édito de pacificação<sup>627</sup>. As conversas com a Liga iniciam-se em 1590, quando Philippe Duplessis-Mornay, representando o rei, e o senhor de Villeroy, Nicolas de Neufville, principal conselheiro do duque de Mayenne, encontram-se em Soindres, nas proximidades de Mantes<sup>628</sup>, em 26 de março. Ambos consideram imprescindível pôr fim aos conflitos, sendo a melhor opção para tal a reconciliação entre o rei e Mayenne. Villeroy, no entanto, exige a conversão, e Mornay pode apenas lhe oferecer a afirmação do desejo de paz que move o rei, já que ele, Mornay, era (como continuou sendo nos anos seguintes, inclusive após a abjuração) “*radicalement hostile à toute idée de conversion*”<sup>629</sup>. Um novo encontro, em que Mornay é acompanhado por dois outros conselheiros de Henrique IV, o católico marechal de Biron e o protestante visconde de Turenne, acontece em outubro de 1590. No mês seguinte, Mornay e Biron voltam a se reunir com Villeroy, e em 1591 as conversas continuam entre Biron e o enviado de Mayenne. Sem obterem resultado, as negociações são suspensas e retomadas em março e abril de 1592, quando a questão da religião do rei é mais profundamente debatida por Mornay e Villeroy. O católico apresenta ao protestante um “*expédient*”, elaborado pelos conselheiros de Mayenne, segundo o

---

<sup>627</sup> Poton, 2006, p.104.

<sup>628</sup> Para a descrição das entrevistas entre os representantes de Henrique IV e o senhor de Villeroy ver Daussy, 2002, pp.446-448.

<sup>629</sup> “radicalmente hostil a qualquer idéia de conversão”, id., *ibid.*, p.447.

qual o rei deveria se comprometer a, depois de receber a instrução anunciada em 4 de agosto de 1589, converter-se. Mornay, desconfortável com a obrigação de firmar um acordo que significaria uma ameaça à permanência de Henrique IV na religião reformada, argumenta que o rei não pode, antes da sua instrução, assegurar uma abjuração do protestantismo, pois esta atitude “*sentirait plutôt son athéiste que son catholique*”, e sugeriria

*qu'il ne faisait aucune différence entre aller à la messe du soir au lendemain sans instruction, et le promettre dès à présent après icelle, ne sachant encore quel effet elle ferait en sa conscience*<sup>630</sup>.

Villeroy cede, e o texto do *expédient* apresentado ao rei e aceito por ele pede apenas que Henrique IV siga a sua instrução *com a intenção de se converter* depois de ela concluída. Junto com o *expédient*, no entanto, uma série de outros artigos não é bem recebida, pois, segundo Hugues Daussy, eles feririam a autoridade soberana do rei<sup>631</sup>. Uma nova proposta é feita por Mornay, mas os encontros entre os representantes dos dois lados tornam-se esparsos, enquanto os confrontos armados entre os exércitos de Mayenne e Henrique IV multiplicam-se. Para a submissão de Mayenne, mais importantes do que as negociações iniciadas em 1590 são a vitória de Henrique IV em Fontaine-Française, em junho de 1595, e o perdão e as condições financeiramente favoráveis propostas pelo rei no acordo assinado em janeiro de 1596. Com a maioria dos demais líderes da Santa União não será diferente, e a paz será definida pela vitória de Henrique IV nos campos de batalha e pelas somas, privilégios e perdões – que significavam a reintegração entre a nobreza francesa – oferecidos pelo rei.

Do lado protestante, outras guerras de religião haviam sido entremeadas de conversações entre deputados protestantes e o rei – como a segunda (1567-1568) e a quinta (1574-1576), cujos relatos foram publicados respectivamente com os títulos de *Memoires des choses advenues sur le Traicté de la Pacification des Troubles qui sont en France* (1568) e *Negotiation de la Paix, es mois d'Auril et May 1575* (1576) –, mas a maioria foi pouco produtiva por não ser regida por uma lógica de negociação: a sua dinâmica consistia em os protestantes proporem

<sup>630</sup> “antes cheiraria ao seu ateu do que ao seu católico”, “que ele não fazia nenhuma distinção entre ir à missa da noite ao dia seguinte sem instrução, e prometé-lo desde agora para depois dela, não sabendo ainda qual efeito ela faria na sua consciência”, Villeroy, *Apologie et discours de M. de Villeroy...* apud Daussy, 2002, pp.454-455.

<sup>631</sup> Daussy, 2002, p.457.

artigos para um tratado de paz e o rei aceitá-los ou não. Como muitos dos pontos apresentados pelos protestantes transgrediam a autoridade soberana do monarca – e a preservação dessa autoridade havia sido uma preocupação fundamental de Carlos IX e Henrique III – o rei não poderia acatá-los como artigos válidos para um édito real. As negociações de que resultou o édito de Nantes tiveram uma organização diferente.

Uma série de assembléias, a partir de 1593, reuniam as demandas protestantes, que eram em seguida apresentadas a Henrique IV, repetindo o processo de composição dos *cahiers* entregues aos reis franceses durante os estados gerais. Participando dessas reuniões, os representantes de Navarra levavam aos deputados protestantes as propostas do rei, e formulavam em conjunto com eles os artigos que seriam enviados de volta para a avaliação de Henrique IV e dos seus conselheiros. A primeira assembléia reúne-se entre novembro de 1593 e janeiro do ano seguinte, em Mantes, a convite do rei. Outras seis seguem-se a ela: entre 18 e 31 de julho de 1594 em Sainte-Foy; entre 24 de fevereiro e 20 de março de 1595 em Saumur; e, entre abril de 1596 e junho de 1598, em Loudun, Vendôme, novamente em Saumur, e, finalmente, em Châtellerault<sup>632</sup>. Os cadernos com as demandas enumeradas são levados ao rei depois de cada assembléia pelos comissários da Coroa presentes às discussões: Mornay, Gaspard de Schomberg e Jacques-Auguste de Thou são alguns dos representantes escolhidos por Henrique IV. O rei e seu conselho transmitem então às assembléias, por meio dos mesmos comissários ou dos protestantes que os haviam acompanhado à corte, sua posição sobre os artigos, e alguma nova instrução ou decisão recente sobre as questões debatidas<sup>633</sup>.

Nessas reuniões, a construção de um acordo com os protestantes foi intrincada, sobretudo após a conversão de Henrique IV, pois seus antigos companheiros reformados começaram a temer a volta da repressão ao culto. A aliança, a confiança que havia levado as assembléias protestantes a escolherem o rei da Navarra como seu Protetor, em 1576, tornava-se frágil. Em 1590, os protestantes ainda reconheciam nele um líder messiânico, que os conduziria

---

<sup>632</sup> cf. Daussy, 1998, p.207 nota 1. A partir da reunião de Loudun, as assembléias tornam-se permanentes, mudando de lugar mas sem se desfazerem, estabelecendo-se, além de Loudun (abril-outubro de 1596), em Vendôme (novembro 1596-fevereiro 1597), em Saumur (março-maio de 1597), e em Châtellerault (junho 1597-junho 1598).

<sup>633</sup> cf. Garrisson, 1997, pp.11-13.

inexoravelmente à vitória final, na guerra das armas e na da religião. Uma publicação anônima, atribuída por Denis Crouzet aos aliados protestantes de Henrique IV, dava conta nesse ano, após a batalha de Arques, da assistência divina de que gozava o novo rei. Para reforçar o valor e o destino de Navarra, o autor o compara a Moisés, que conduziu seu povo pelo deserto até a Terra Prometida:

*Et qui douterait de l'assistance de Dieu, puisqu'il nous l'a confirmée par des signes si authentiques, par la nuée et le feu, qui conduisaient anciennement le peuple élu dans le désert ?*<sup>634</sup>

Porém, em março de 1597, no momento em que os exércitos reais enfrentavam os *ligueurs* e espanhóis em Amiens, dos senhores protestantes chamados por Henrique IV para retomarem com ele a cidade alguns se recusaram a obedecer ao rei, e não se apresentaram para lutar. Em assembléia, declararam:

*Nous ne pouvons faire service à votre majesté si nous ne sommes, si nous ne subsistons. Or nous ne pouvons ni être, ni subsister si nous demeurons astreints aux dures conditions qu'on nous veut faire recevoir*<sup>635</sup>.

Coube a Philippe Duplessis-Mornay a negociação com os protestantes. A forma de aplacar a revolta crescente entre eles foi a proposta de elaboração de um novo édito regulamentando o culto no reino. De grande influência entre os protestantes, protestante ele mesmo<sup>636</sup>, Mornay era, para Hugues Daussy, a melhor escolha de Henrique IV para tratar com os protestantes.

*Idéalement placé, géographiquement et politiquement, pour remplir un rôle d'intermédiaire, le gouverneur de Saumur s'engage avec détermination dans un combat où son action, guidée par une morale politique très bien définie, s'avérera décisive*<sup>637</sup>.

<sup>634</sup> “E quem duvidaria da ajuda de Deus, pois que ele no-la confirmou por sinais tão autênticos, pela névem e pelo fogo, que conduziam antigamente o povo escolhido no deserto”, *Discours de la divine Election du Tres-Chrestien Henry Roy de France. Confirmée par les merveilleux faicts que Dieu a montré en la persone et action de sa Majesté, auparavant et depuis son advenement à la Couronne, et de la ruine inevitable de ceux qui s'y opposent, notamment de la ville de Paris, Par G.R.N.*, 1590, pp.75-77 apud Crouzet, 1990, p.578.

<sup>635</sup> “Nós não podemos prestar serviço à sua majestade se nós não somos, si nós não subsistimos. Ora nós não podemos nem ser, nem subsistir, se continuarmos sujeitos às duras condições que nos querem fazer receber”, apud Poton, op.cit., p.143.

<sup>636</sup> Philippe Duplessis-Mornay era conhecido por seus contemporâneos como o papa dos huguenotes, cf. id., ibid e Michelet, 1982, p.792.

<sup>637</sup> “Idealmente localizado, geográfica e politicamente, para cumprir um papel de intermediário, o governador de Saumur se engaja com determinação em um combate onde sua ação, guiada por uma moral política muito bem definida, se mostrará decisiva”, na Daussy, 2002, p.515.

Desde 1576, Mornay trabalhava com Henrique IV para divulgar a idéia de que a necessidade urgente em que se encontrava o reino impunha ao rei a obrigação de restaurar a paz produzindo uma convivência pacífica entre católicos e protestantes. A Henrique III, Mornay havia defendido o deslocamento da discussão acerca da dissensão religiosa para o âmbito de um concílio nacional, em que os maiores chefes da Igreja galicana e da igreja huguenote decidiriam sobre a reunião dos franceses em uma só religião. Ao rei caberia convocar esse concílio, e não decidir sobre o fim da dualidade. Até que as instâncias próprias apresentassem sua decisão, ao rei caberia também produzir e manter a coexistência pacífica entre as duas confissões: “*Attendant ce bien de votre Majesté, supportons nous les uns les autres en douceur, laissons régner vos Édits de paix, laissons en repos les consciences*”<sup>638</sup>, pedia Mornay em 1586.

Durante os debates com católicos e protestantes, o conselheiro e amigo de Henrique IV procurou conduzir as posições diversas a este mesmo ponto comum: garantir a coexistência das duas religiões como forma de preservar o reino. Não foi uma tarefa fácil. A resistência protestante ao rei foi possivelmente o maior obstáculo para a conclusão do édito de Nantes. Os receios, o sentimento de que, depois de terem conduzido Navarra ao trono, haviam sido por ele abandonados, tornavam delicada a negociação.

Na *Déclaration* de 4 de agosto de 1589, logo após a morte de Henrique III, Navarra havia permitido o culto protestante apenas nos locais onde ele era celebrado naquela data:

*Il ne se fera aucun exercice d'autre religion que de ladite catholique, apostolique et romaine qu'aux villes et lieux de notre royaume où elle se fait à présent, suivant les articles accordés au mois d'avril dernier entre le feu roi Henri III, de bonne mémoire, notre très honoré seigneur et frère et nous*<sup>639</sup>.

O acordo feito entre Henrique III e Navarra em 3 de abril de 1589 havia definido as condições que presidiriam à reunião dos dois reis: Navarra e seu exército deveriam lutar contra o duque de Mayenne, e as regiões conquistadas durante a campanha teriam que ser devolvidas ao rei, com a exceção de uma

<sup>638</sup> “Esperando esse bem de vossa Majestade, suportemo-nos uns aos outros em doçura, deixemos reinarem vossos Édits de paz, deixemos em repouso as consciências”, Mornay, 1586, p.27.

<sup>639</sup> “Não se fará nenhum exercício de outra religião a não ser da dita católica, apostólica e romana, a não ser nas cidades e lugares do nosso reino onde ela se faz atualmente, seguindo os artigos acordados no mês de abril último pelo falecido rei Henrique III, de boa memória, nosso muito honrado senhor e irmão”, Henri IV, 1829, pp.3-4.

cidade por senescalia ou bailia, que poderia ficar sob o domínio de Navarra e onde o culto protestante seria permitido<sup>640</sup>. Era menos do que havia concedido Henrique III no último édito de pacificação, de Fleix (que retomava as cláusulas de Poitiers), que determinava que o culto poderia ser realizado nas propriedades dos senhores *haut-justiciers* (ou que tivessem *fief de haubert*) e que os protestantes

*pourront être et demeurer sûrement par toutes les villes et lieux de ce Royaume, sans pouvoir être recherchés, ni inquiétés pour le fait de ladite religion, sous quelque couleur que ce soit, en se comportant au reste selon qu'il est ordonné par les articles susdits dudit Édít*<sup>641</sup>.

Foi apenas em julho de 1591 que Navarra, pelo édito de Mantes, aumentou a permissão ao culto protestante, recuperando o édito de Fleix. Para os protestantes, que haviam sido até então os companheiros de religião e de guerra do novo rei, e cujas vidas e propriedades tinham lhe servido de base e força, era ainda pouco. Tendo Navarra como rei, eles esperavam ver sua religião ampla e oficialmente reconhecida, o que significava que contavam ter garantida a liberdade de culto irrestrita. Mas, para Navarra, era preciso em primeiro lugar impor a sua autoridade de rei por todo o reino, o que significava vencer a resistência da Liga, vencer a guerra contra ela. O que os protestantes consideravam como seu direito, e esperavam como retribuição dos anos de apoio e serviços prestados a Henrique IV, para a Liga e os católicos intransigentes representava o favorecimento da heresia. Obrigado a negociar com os chefes *ligueurs* para pôr fim à guerra, o rei distribui entre eles perdão e dinheiro, e provoca nos protestantes o temor de que poderia vir, por necessidade, a se converter, e mesmo a se voltar contra eles: “*de quel sacrifice Henry IV paiera-t-il encore le ralliement des ligueurs? Seront-ils la victime expiatoire?*”<sup>642</sup>, conclui Janine Garrisson.

Em Mantes e depois em Sainte-Foy, em maio de 1594, surge entre os protestantes reunidos a idéia de eleger um novo Protetor, em substituição a Henrique IV. Ao final da primeira assembléia protestante, a de Mantes, um dos enviados do rei, e futuro chanceler, Pomponne de Bellièvre, havia deixado claro

<sup>640</sup> Esse mesmo acordo determinou que Saumur seria dada, como mostra da boa-vontade de Henrique III, aos protestantes, para ser governada por Mornay.

<sup>641</sup> “poderão estar e permanecer seguramente em todas as cidades e lugares deste Reino, sem poderem ser procurados, nem inquietados por causa da dita religião, sob a forma que seja, comportando-se de resto segundo é ordenado pelos artigos acima ditos do dito Édít”, Stegmann, *op.cit.*, p.193.

<sup>642</sup> “de que sacrifício Henrique IV pagará ainda a adesão dos *ligueur*? Serão eles as vítimas expiatórias?”, Garrisson, 1997, p.11.

aos deputados protestantes que as suas demandas não seriam todas concedidas posto “*qu’il fallait d’abord consolider le pouvoir d’Henri IV avant de songer à accéder aux demandes des protestants*”<sup>643</sup>. Como durante os reinados de Carlos IX e Henrique III, o de Henrique IV parecia que também geraria a necessidade, entre os protestantes, da nomeação de um defensor para protegê-los das decisões nocivas da Coroa.

Em 1595, a assembléia de Saumur decide promover a “*réunion des Églises du royaume avec celles des Pays-Bas par tous les moyens possibles*”<sup>644</sup>, e dois anos mais tarde o partido protestante recorre à rainha da Inglaterra e aos Países Baixos para que intervissem em seu favor junto ao rei. 1597 é também o ano em que alguns grandes senhores que participavam das assembléias protestantes decidem não responder ao chamado do rei para ajudá-lo no cerco de Amiens. Para Pierre Joxe, “*le danger de sécession n’a jamais été aussi grave*”<sup>645</sup>.

Nesse contexto de insatisfações mútuas, a função de Mornay era conseguir dos protestantes sua obediência ao rei, garantindo-lhes em troca pouco mais do que os éditos anteriores haviam concedido. Permaneceriam no édito de Nantes, entre outras, as determinações das pacificações anteriores sobre a hegemonia e o restabelecimento do catolicismo no reino, sobre as *places-de-sûreté*, as *chambres mi-parties*, a anulação dos atos judiciais contra os protestantes durante a guerra, o livre acesso destes a quaisquer cargos e ofícios, a liberdade de consciência, a liberdade de culto restrita aos lugares designados nos mesmo moldes dos éditos anteriores. As cláusulas do novo édito retomarão sobretudo as do de Poitiers, de 1577. Vários itens são integralmente reproduzidos no édito de Nantes, como o segundo artigo, que era também o segundo do de Poitiers. Nele o rei ordena que se esqueçam as causas das desavenças passadas e que vivam em paz os franceses:

*Défondons à tous nos sujets de quelque état et qualité qu’ils soient, d’en renouveler la mémoire, s’attaquer, ressentir, injurier, ni provoquer l’un l’autre par reproche de ce qui s’est passé pour quelque cause et prétexte que ce soit, en disputer, contester, quereller ni s’outrager ou offenser de fait ou de paroles ; mais se contenir et vivre paisiblement ensemble comme frères, amis et concitoyens, sur*

<sup>643</sup> “que era preciso primeiro consolidar o poder de Henrique IV, antes de sonhar conceder os pedidos dos protestantes”, apud Cottret, op.cit., p.422 nota 63.

<sup>644</sup> “reunão das Igrejas do reino com aquelas dos Países Baixos por todos os meios possíveis”, Joxe, 1998, p.133.

<sup>645</sup> “o perigo de secessão nunca foi tão grave”, id., ibid., p.133.

*peine aux contrevenants d'être punis comme infracteurs de paix, et perturbateurs du repos public*<sup>646</sup>.

Este artigo, repetido desde o édito de Janeiro de 1562, valia tanto para católicos quanto para protestantes, e resumia a política de tolerância civil seguida pela Coroa desde antes do início das guerras de religião, desde a primeira concessão de liberdade de consciência aos protestantes, por Michel de L'Hospital e Catarina de Médici. O fato de ele ser finalmente respeitado, e de o édito de Nantes ser bem sucedido onde os outros falharam, garantindo a pacificação do reino por longo tempo, e sobretudo tornando inócuos os partidos adversários, deve-se em larga medida aos esforços de negociação empreendidos por Henrique IV e seus agentes do lado protestante como do católico. Algumas das cláusulas amplamente discutidas foram aquelas relacionadas à liberdade de culto protestante. As decisões contidas no édito de Poitiers foram mantidas em termos semelhantes, com pequenas diferenças que favoreciam às vezes os católicos, às vezes os protestantes. Se o número de convidados que poderia assistir ao culto nas propriedades de senhores protestantes – além dos membros da família deste – passa no édito de Nantes de 10<sup>647</sup> para 30<sup>648</sup>, o perímetro em torno de Paris dentro do qual o culto fica proibido sobe de duas<sup>649</sup> para cinco léguas<sup>650</sup>.

O preâmbulo do édito lembra essa primeira fase da sua elaboração, de negociações e debates, em que se começou a preparar a forma de dar fim aos tempos de “*trouble et de tumulte*”<sup>651</sup>:

*Pour cette occasion, ayant reconnu cette affaire de très grande importance et digne de très bonne considération, après avoir repris les cahiers des plaintes de nos sujets catholiques, ayant aussi permis à nos sujets de la religion prétendue réformée de s'assembler par députés pour dresser les leurs et mettre ensemble toutes leurs remontrances et, sur ce fait, conféré avec eux par diverses fois, et revu les édits précédents, nous avons jugé nécessaire de donner maintenant sur le tout à tous nos sujets une loi générale, claire, nette et absolue, par laquelle ils soient*

<sup>646</sup> “Proibimos todos os nossos súditos, seja de que estado e qualidade forem, de renovarem a memória disso, atacarem-se, ressentirem, injuriarem, nem provocarem um ao outro por repreensão do que aconteceu seja qual for a causa ou pretexto, discutirem, contestarem, querelarem nem se ultrajarem ou ofenderem por fatos ou palavras; mas conterem-se e viverem pacificamente juntos como irmãos, amigos e concidadãos, sob pena aos contraventores de serem punidos como infratores da paz, e perturbadores da tranquilidade pública”, Garrisson, 1997, p.29.

<sup>647</sup> O édito de Poitiers permitia a presença no culto de 10 protestantes convidados. Cf. Stegmann, op.cit., p.133.

<sup>648</sup> Cf. Garrisson, 1997, p.32.

<sup>649</sup> No édito de Poitiers. Cf. Stegmann, op.cit., p.134.

<sup>650</sup> Cf. Garrisson, 1997, pp.34-35.

<sup>651</sup> *ibid.*, p.27.

*réglés sur tous les différends qui sont ci-devant sur ce survenus entre eux, et y pourront encore survenir ci-après*<sup>652</sup>.

Mas o que tornou possível a negociação – e que nesse sentido foi decisivo – foi a disseminação de um modo de compreender a função do rei diferente daquele herdado da tradição medieval. Nessa difusão, como na gestação desse novo ideário político, os *politiques* foram fundamentais. Segundo Quentin Skinner, a repetição e o aprofundamento das guerras de religião tornaram evidente,

aos olhos de diversos teóricos da linha *politique*, que, para se ter alguma perspectiva de obter a paz cívica, os poderes do Estado teriam de ser desvinculados do dever de defender uma determinada fé<sup>653</sup>.

Durante a elaboração do édito de Nantes, Mornay representava a corrente que acreditava ser obrigação do rei dar fim às guerras civis, mas que seria impossível fazê-lo perpetuando-se a discussão acerca da dualidade religiosa. Mais do que impossível: discutir o problema da religião não cabia ao rei, enquanto solucionar o problema da guerra era a sua função. Para Friedrich Meinecke, o propósito do partido *politique* era “*détacher les intérêts de l’Etat de la tutelle de l’Eglise et des passions confessionnelles*”<sup>654</sup>.

Para um católico intransigente como Jean Boucher, o sentido do poder do rei – poder, aliás, dado por Deus para esse fim específico – era defender a religião. Para ele, “*le temporel doit par nécessité se conformer au spirituel et la fin dernière à laquelle il tend, qui est le salut des âmes*”<sup>655</sup>.

A submissão do rei à obrigação da defesa da religião exposta por Boucher em 1594 era o reflexo da ideologia da Santa União, cujos artigos fundamentais, expostos em 1588, afirmavam que

*Depuis l’an quatre cent nonente neuf qui fut l’an du Baptême de Clovis la Monarchie de France a duré en un même état, sous une Foi, une Loi, et un Roi. (...) C’est aussi le premier serment que font nos Rois à leur sacre et onction, de*

<sup>652</sup> “Nesta ocasião, tendo reconhecido esse assunto de muito grande importância e digno de muito boas considerações, após ter retomado os cadernos de queixas dos nossos súditos católicos, tendo também permitido aos nossos súditos da religião pretensamente reformada reunirem-se por deputados para listarem as suas e colocar juntas todas as suas representações e, sobre isso, conferenciado com eles por diversas vezes, e revisto os éditos precedentes, julgamos necessário dar agora sobre o todo a todos os nossos súditos uma lei geral, clara, direta e absoluta, pela qual eles sejam pautados sobre todas as diferenças que anteriormente aconteceram sobre isto entre eles, e poderão ainda acontecer no futuro”, *ibid.*, pp.27-28.

<sup>653</sup> Skinner, *op.cit.*, p.620.

<sup>654</sup> “desligar os interesses do Estado da tutela da Igreja e das paixões confessionais”, Meinecke, 1973, p.59.

<sup>655</sup> “o temporal deve necessariamente se conformar ao espiritual e ao fim último a que ele leva, que é a salvação das almas”, Boucher, *op.cit.*, s/p.

*maintenir la Religion Catholique, Apostolique et Romaine, sous lequel serment ils reçoivent celui de fidélité de leurs sujets. Donc puis que le changement de la Religion est le changement de l'État, et que la subversion d'icelle apporte avec soi la totale ruine du Royaume*<sup>656</sup>.

Antes de Boucher e da Liga, em 1574 o arqui-diácono de Toul François de Rosières já havia enunciado a base sobre a qual, para o partido católico, era preciso lidar com a dualidade em matéria de religião:

*Car il n'y a rien qui tienne tant le peuple en honneur, crainte obéissance de Dieu, révérence, intégrité de bonnes moeurs, subjection aux Princes, et Magistrats, observances des lois, et autres choses nécessaires en la vie civile, que l'union de la religion : par l'apostasie de laquelle tout est mis en confusion, et dissolution. Ce que nous avons vu assez à l'oeil de notre temps en la suscitation de Luther, Carolstade, Zwingli, Oecolampade, et autres leurs complices, qui en Allemagne en l'introduction de leurs sectes, et simulées religion ont excité infinies contentions, et tragédies. Tellement que le sujet s'est élevé contre son Seigneur. (...) Et depuis par autre instigation d'un nouveau sectaire nommé Calvin, et de ses sectateurs et séducteur le fleurissant Royaume de France a quasi été totalement perdu. De sorte qu'infinis assassinements, saccagemens, et voleries sont sorties de là, et même le père a été fait étranger de sa femme, fils, fille, parents, amis, et de sa propre famille (...) Il n'y a donc chose meilleure, ni à laquelle les Princes, et Rois doivent plus tenir la main, qu'à la religion, observance, et union d'icelle, tant pour le bien commun, que pour le repos, et sincérité de la conscience d'un chacun particulier (...). Par quoi les Princes, et Magistrats doivent soigneusement veiller à ce que le peuple se contienne aux saintes constitutions, et traditions, ensemble aux observances de nos pères, en rejetant l'abus, et le superflu qui a été commis par aucun d'eux. Ce qui a toujours engendré scandale, et qui a été cause du débaux présent*<sup>657</sup>.

<sup>656</sup> “Desde o ano 499, que foi o ano do Batismo de Clovis, a Monarquia da França durou em um mesmo estado, sob uma Fé, uma Lei, e um Rei. (...) É também o primeiro juramento que fazem nossos Reis na sua sagração e unção, de manter a Religião Católica, Apostólica e Romana, sermão sob o qual eles recebem o de fidelidade dos seus súditos. Logo dado que a mudança da Religião é a mudança do Estado, e que a subversão desta traz consigo a total ruína do Reino”, *Articles de la sainte union des Catholiques François*, op.cit., p.30.

<sup>657</sup> “Pois não há nada que mantenha tanto o povo em honra, temor, obediência a Deus, reverência, integridade de bons costumes, sujeição aos Príncipes, e Magistrados, observação das leis, e outras coisas necessárias na vida civil, do que a união da religião: pela apostasia da qual tudo é posto em confusão, e dissolução. O que vimos bem em nosso tempo na suscitação de Lutero, Carlstadt, Zwingli, Oekolampadius, e outros seus cúmplices, que na Alemanha, na introdução das suas seitas, e sumuladas religiões excitaram infinitos desentendimentos, e tragédias. Tanto que o súdito levantou-se contra o seu Senhor. (...) E depois por outra instigação de um novo sectário chamado Calvino, e dos seus sectários e sedutores o florescente Reino da França foi quase totalmente perdido. De sorte que infinitos assassinatos, saques, e roubos resultaram daí, e mesmo o pai foi feito estrangeiro da sua mulher, filho, filha, pais, amigos, e da sua própria família (...) Não há portanto coisa melhor, nem à qual os Príncipes, e Reis devem atentar mais do que à religião, observação e união desta, tanto para o bem comum, quanto para a tranqüilidade, e sinceridade da consciência de cada um particular (...). Pelo que os Príncipes, e Magistrados devem cuidadosamente atentar para que o povo contenha-se dentro das santas constituições, e tradições, assim como da observação dos nossos pais, rechaçando o abuso, e o excesso que foi cometido por algum deles. O que sempre gerou escândalo, e que foi causa do desregramento presente”, Rosières, op.cit., pp.80-81.

A posição que, na França das guerras de religião, era diametralmente oposta a essa era a de Mornay, e da linha *politique* que ele representou. Para este partido, a função do rei era outra, era proteger seus súditos, era garantir-lhes a paz, “*et la paix générale avec tous ses sujets, tant d’un côté que d’autre, tant d’une, que d’autre religion*”<sup>658</sup>, como Mornay e Henrique IV haviam declarado na *Lettre du Roy de Navarre, aux trois Etats de ce royaume*, de 1589. Apenas pela via da tolerância civil, posto que os *politiques* consideravam ser provisoriamente necessária a coexistência das duas religiões, a pacificação do reino seria possível. Segundo Duplessis-Mornay,

*la division en la Religion est une maladie bien grande, mais la guerre civile est un remède encore plus dangereux que la maladie. Il est question de réunir les deux partis*<sup>659</sup>.

A dissensão religiosa, problema grave, como Mornay não se recusa a admitir, era no entanto menos grave do que a guerra feita por causa dela. A guerra levava ao caos, e o caos à destruição do reino. Como remédio, os *politiques* propuseram separar o rei da religião. Teórica e praticamente, construíram uma filosofia política (que foi por eles aplicada) que dava ao rei a função de velar pelo bem público e distinguia esse objetivo da função da Igreja, de velar pela salvação da alma. Em 1585, Mornay escreve, na *Déclaration et protestacion du roy de Navarre, de M. le prince de Condé et M. le duc de Montmorency*, que para salvar o reino

*fallait composer les troubles (...) par une équitable paix qui fut convenable à la disposition présente, réservant à Dieu, qui seul règne sur les consciences, d’opérer aux coeurs de ses sujets pour les réunir et remmener en une Religion*<sup>660</sup>.

Em linhas gerais, essas palavras, publicadas em 1585, servem como uma apresentação do édito de Nantes. O fato de o chanceler Michel de L’Hospital fazer uma proposta semelhante em 1562, no discurso para a assembléia de Saint-Germain, e de Mornay apresentar, desde 1576, essa sua opinião, reiterada em seguida, durante os primeiros anos do reinado de Henrique IV – anos de guerra e de necessidade extrema dessa paz – pela maioria dos conselheiros do novo rei – e

<sup>658</sup> “e a paz geral com todos os seus súditos, tanto de um lado quanto de outro, tanto de uma, quanto de outra religião”, Henri IV, 1589-ab, s/p.

<sup>659</sup> “a divisão na Religião é uma doença bem grande, mas a guerra civil é um remédio ainda mais perigoso do que a doença. Trata-se de reunir as suas partes”, Mornay, 1574, p.9.

<sup>660</sup> “era preciso reparar as perturbações (...) por uma paz equitativa que fosse conveniente à disposição presente, reservando a Deus, que reina sozinho sobre as consciências, agir nos corações dos seus súditos para reuni-los e colocá-los novamente em uma Religião”, Henri IV, 1585, s/p.

pelo próprio Henrique IV – revela como a posição *politique* passou de marginal a hegemônica, de absurda a necessária e depois desejada. Era a defesa da tolerância civil que se fazia por essas palavras, e esta era fruto de uma separação, fomentada teórica e praticamente pelos *politiques*, entre a função da Igreja e a do Estado, o objeto e o objetivo da religião e os da política. Segundo Joseph Lecler,

*Nulle part ailleurs en Europe, la tolérance d'un culte dissident n'a été aussi clairement basée, à cette époque, sur le principe d'une distinction effective entre les fins de l'État et celles de la religion*<sup>661</sup>.

Essa particularidade francesa foi o resultado de quase 40 anos de guerras e discussões, que desenvolveram uma via de ação e um instrumento: a política como instância essencialmente humana, e cujo sentido era a manutenção do bem comum, e a tolerância, ferramenta para construí-lo. É pela investigação do caminho feito pela idéia da tolerância civil, entre 1561 e 1598, que acreditamos ser possível afirmar que, na França no século XVI, ela tenha sido criada como um instrumento da política, a ser aplicado pontualmente na resolução de um problema crônico que, de outra forma, tornar-se-ia eterno, até que a própria França não existisse mais. O caminho leva de uma primeira tentativa, violentamente rechaçada, até a aceitação, resignada, desconfortável, e às vezes entusiasmada, da noção de que a necessidade urgente do reino demandava um tipo de solução inédita, e que contrariava a tradição. De idéia marginal e absurda que era para os franceses na década de 1560, a tolerância foi elaborada, exposta, trabalhada, aprimorada, cultivada, defendida pelos *politiques* e transformada em um conceito com uma função, com um objetivo particular: dar solução ao caos que estava destruindo o reino. Com Henrique IV, os *politiques* trabalharam para fazê-lo ser aceito, enquanto ele se dedicava a vencer as oposições intransigentes e estabelecer um acordo baseado na idéia central desenvolvida pelos *politiques*, a da tolerância civil. O rei e os *politiques* vencem nos campos de batalha e na guerra de convencimento que se tratava sobretudo através das publicações. O édito de Nantes, resultado dessa vitória, trouxe a afirmação de que a coexistência provisória de católicos e protestantes era a ferramenta necessária à paz, a única capaz de evitar que o caos destruísse o reino.

<sup>661</sup> “Em nenhum outro lugar na Europa, a tolerância de um culto dissidente foi tão claramente baseada, nessa época, no princípio de uma distinção efetiva entre os objetivos os Estado e os da religião”, Lecler, op.cit., p.554.

Foi esse o argumento usado para convencer o papa Clemente VIII a aceitar o édito. Profundamente contrariado com os seus artigos, ao saber da confirmação registrada pelo parlamento de Paris, em abril de 1599, o papa havia afirmado ao cardeal de Ossat, embaixador francês no Vaticano, que

*Cet édit (...), le plus mauvais qui se pouvait imaginer, permettait liberté de conscience à tous chacun, qui était la pire chose du monde. Grâce à lui les hérétiques allaient envahir les charges et les Parlements pour promouvoir et avancer l'hérésie et s'opposer à tout ce qui pourrait tourner au bien de la religion*<sup>662</sup>.

Para demover Clemente VIII da sua recusa em aceitar o édito de Nantes, o embaixador começou por confessar que, “*de tels édits, à les considérer en eux-mêmes, et sans regarder au temps et à la nécessité qui les avaient extorqués, étaient choses très mauvaises*”<sup>663</sup>, mas as circunstâncias, o caos provocado pelas repetidas guerras, e o objetivo de evitá-las, e assim evitar um mal ainda maior, pediam a aceitação do édito de Nantes. Pediam a tolerância, esse instrumento da política desenvolvido e experimentado ao longo das guerras de religião, e instituído legalmente pelo édito de Nantes.

---

<sup>662</sup> “Este édito (...), o pior que se poderia imaginar, permitia liberdade de consciência à cada um e todos, o que era a pior coisa do mundo. Graças a ele os hereges iam invadir os cargos e os Parlamentos para promoverem e fazerem avançar a heresia e se oporem a tudo o que poderia levar ao bem da religião”, *Lettres du Cardinal d'Ossat* apud Lecler, op.cit., p.519.

<sup>663</sup> “tais édits, a considerá-los neles mesmos, e sem olhar o tempo e a necessidade que os havia extorquido, eram coisas muito ruins”, *Lettres du Cardinal d'Ossat* apud Lecler, op.cit., p.520.